

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

ATA Nº 04

PRESIDENTE - DEPUTADO ELIZEU NASCIMENTO

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Autoridades presentes, senhores e senhores, bom dia.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim enquanto Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública e Comunitária, com o objetivo de debater sobre o fechamento de, aproximadamente, 21 delegacias de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, bem como a política de segurança pública e comunitária deste ente Federado.

Na oportunidade, convido para compor a mesa de honra os Exm^s Srs.: Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública e Comunitária da Assembleia Legislativa, Deputado Delegado Claudinei (PALMAS); Deputado Max Russi, 1º Secretário da Assembleia Legislativa (PALMAS); Deputado Estadual Dr. Eugênio (PALMAS); Sr. Wylton Massao Ohara, Secretário Adjunto de Inteligência da SESP, neste ato, representando o Secretário Estadual de Segurança Pública (PALMAS); Dr. José Antônio Pereira Borges, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Dr. Mário Dermeval Aravechia de Resende, Delegado-Geral da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Sr. Tenente-Coronel Gilcimar Mendes Correa, Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar, meu irmão de farda, por gentileza. (PALMAS); Sr. Jossimar José Fernandes, Prefeito Municipal da Cidade de Nortelândia.

Muito obrigado a todos de Nortelândia! (PALMAS)

Convido, ainda, para compor a mesa o Sr. Uilson José da Silva, Exmº Prefeito do Município de Nova Lacerda, fronteira com a Bolívia (PALMAS); Srª Edileusa Mesquita, Presidente do Sindicato dos Investigadores da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Sr. Davi Padilha Nogueira, Presidente do Sindicato dos Escrivães da Polícia Civil (PALMAS).

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantar o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Em tempo, convido para compor a mesa o Sr. Adão Martins, Cabo da Polícia Militar, Presidente da Associação de Cabos e Soldados da gloriosa Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.(PALMAS)

Quero registrar a presença do Delegado Marcos Veloso, Vereador de Cuiabá, e o convido para compor a mesa, representando o Parlamento Cuiabano. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019, ÀS 9H.

Registro, ainda, a presença do Vereador Adelvani Coelho da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Santo Afonso (PALMAS); do Vereador Diego Figueiredo Taques, Presidente da Câmara Municipal de Acorizal (PALMAS); do Vereador Luiz Carlos da Silva, 1º Secretário da Câmara Municipal de Acorizal (PALMAS); do Vereador Ademir Roberto da Silva, de Acorizal (PALMAS); do Vereador de São Félix do Araguaia, Sr. Antônio Miranda, Presidente da União de Vereadores do Norte do Araguaia e Xingu (PALMAS); do Vereador Adair José da Silva, de Nova Lacerda, fronteira com a Bolívia (PALMAS); do Vereador Ivanildo Vilela da Silva, Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo, nas proximidades de Rondonópolis (PALMAS); do Vereador Paulo Alves de Paula, de São José do Povo (PALMAS); da Vereadora Márcia Leite, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai (PALMAS); do Vereador Diogo Pereira Capossi, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Bom Jesus do Araguaia (PALMAS); do Vereador Alessandro da Silva Santos, de Alto Paraguai (PALMAS); do Vereador Rosinei Rodrigues da Silva, do Município de Alto Paraguai; José Leivinha de Oliveira, Secretário Municipal de Governo de Alto Paraguai; Dr. Jessé Munhoz de Lima, Corregedor Geral da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso; Dr. Douglas Turíbio Schutz, Delegado Diretor Metropolitano da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso; Walfrido Nascimento, sobrenome bom, Delegado de Polícia, Diretor das Cidades do interior do Estado de Mato Grosso; Dr. Sérgio Rubens da Silva, Delegado aposentado da Polícia Civil; Coronel Henrique Santos, Coordenador Militar da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; José Norberto Grander, Diretor da Associação dos Municípios do Araguaia; Gláucio de Abreu Castañon, Presidente da Associação dos Investigadores de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso; Emídio Antônio de Souza, Presidente da Associação Comunitária de Habitação do Estado de Mato Grosso; Sargento Figueiredo, neste ato representando a Polícia Militar do Município da cidade de Jangada do Estado de Mato Grosso; João Batista Benevides da Rocha, Diretor Executivo da Associação Comunitária de Habitação do Estado de Mato Grosso; Pedro Luís Damas da Cunha, líder do Fórum de Cultura da cidade industrial de Várzea Grande; Sr. Carlos Davi, Secretário-adjunto de Estado de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso; Sr. Lair Martins, Vereador do Município de Santo Afonso, Mato Grosso; Sr. Edson Aparecido Sena, Vereador do Município de Santo Afonso; Sr. Gomerardo de Barros, engenheiro agrônomo e ex-Vereador do Município de Cuiabá.

Agradecemos a presença dos aprovados no concurso do Sistema Penitenciário. Muito obrigado.

Agradecemos a presença da valorosa imprensa do Estado de Mato Grosso e, também, da *TV Assembleia* e *Rádio Assembleia*.

Registramos a presença do Vereador Júlio Cesar Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Jangada. (PALMAS)

Neste ato já faço um registro de congratulações ao nosso companheiro Vereador Júlio Cesar, pela postura e atitude em uma Audiência Pública realizada ontem na cidade de Jangada, na qual estive presente e presenciei o clamor dos alunos, dos estudantes e de toda população da cidade de Jangada para a permanência da delegacia daquele município.

Parabéns, Vereador Júlio Cesar! (PALMAS)

Registramos ainda a presença do Vereador Erli Oliveira da Luz, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento; do Vereador Nazário Oliveira Santos, Presidente da Câmara Municipal da cidade de Luciara; do companheiro Jamilson Moura, Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

do Sindicato dos Investigadores de Polícia Civil e Presidente do Bairro Nova Conquista; da Sr^a Tatiane Fernandes de Santana, Vereadora do Município de Luciara. (PALMAS)

Senhoras e senhores, leio aqui, em nome da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, que tomou a decisão pela apresentação de um Requerimento a esta Audiência Pública, o Requerimento:

“A Comissão de Segurança Pública e Comunitária requer a realização de Audiência Pública no dia 15/03/2019, às 09h, no Auditório Licínio Monteiro, para debater o fechamento proposto pelo Executivo Estadual de aproximadamente 21 Delegacias de Polícia Civil no Estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

Requerimento para realização de Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, no Auditório Licínio Monteiro, para debater o fechamento de aproximadamente 21 delegacias de Polícia do Estado de Mato Grosso, bem como a Política de Segurança Pública e Comunitária deste ente Federado.

Sala de Reunião das Comissões, 27 de fevereiro de 2019.

Comissão de Segurança Pública e Comunitária.”

Senhoras e senhores, nesta oportunidade, inicio minha fala narrando o que nós temos recebido nos últimos dias, que é o clamor da população mato-grossense, que é o clamor das Câmaras de Vereadores, das Prefeituras Municipais, pela permanência dessas delegacias de polícia civil abertas nessas cidades.

Por onde temos passado ouvindo, Deputado Max Russi, o clamor é único.

Aqui, ao ler a presença e a quantidade de autoridades municipais, representantes de entidades, notamos o quanto é preocupante, apesar de que poderíamos ter ainda muito mais representantes aqui hoje se não fossem algumas repressões de bastidores que aconteceram politicamente com algumas bases municipais relacionadas a algumas pessoas que têm certas ligações... A pedido do próprio, de próprias pessoas ligadas ao Executivo.

Na data de ontem, eu estive no Município de Jangada com a minha equipe e lá nós presenciamos a reivindicação real e justa dos Vereadores. Inclusive, recebemos das mãos de um comerciante que se faz aqui presente e do Sargento Samuel Figueiredo um abaixo assinado que já vinha sendo coletadas assinaturas para permanência daquela delegacia.

E assim sendo, por meio do aguerrido senhor Vereador Júlio César, houve esta audiência pública naquele Município, e ali nós pudemos ouvir a população, ouvir os comerciantes, ouvir os estudantes e ouvir representantes da própria Polícia Civil que se apresentaram contrário ao fechamento daquela delegacia.

O Município de Jangada...

Eu falo em nome do Município de Jangada por ter presenciado, na data de ontem, pessoalmente, o clamor daquele povo que está ali, Srs. Deputados, senhores representantes, nosso representante do Ministério Público, às margens de uma BR por onde transitam diariamente, em média, 8 mil veículos por dia, veículos de várias formas, caminhões, carros pequenos de passeio, fugitivos da polícia, estupradores, ladrões, traficantes e pessoas de bens, também, transitam. O nosso maior temor é justamente com aqueles que por ali passam... Que são pessoas que fazem a prática de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

crimes... E já imaginaram os senhores e as senhoras, que moram em um município pacato daquele, terem uma criança, um filho que sai para comprar um pão, pela manhã, no mercado ali naquela BR, na avenida principal e que, muitas vezes, não retorna para casa, porque um explorador sexual infantil pode ter recolhido essa criança para dentro do seu veículo e ter se deslocado alguns quilômetros e executado abusos? Nós estamos falando no tocante ao emocional para que, talvez assim, o Governador se sensibilize, o Secretário de Segurança Pública passe a analisar e veja o tamanho da problemática que poderá ocorrer.

“Mas como pode ocorrer se a delegacia tem pouco efetivo e não faz rondas?” Ora, a Polícia Militar do Município de Jangada, composta com uma guarnição, uma viatura por dia, terá que se deslocar até o Município de Rosário Oeste para fazer o registro do boletim de ocorrência. E, nessa saída daquele Município a cidade estará desprotegida. E ficando desprotegida estará entregando a chave na mão de criminosos. Nós estamos aqui lidando com vidas.

O crime no Município de Jangada aumenta a cada dia com furtos e roubos de animais, gados e vários outros. É uma rodovia por onde transita a droga que, muitas vezes, entra lá na frente, próximo do Município de Barra do Bugres, sai em Salto do Céu e vai até a fronteira da Bolívia.

Roubo de carga dos trabalhadores, dos caminhoneiros que por ali transitam. O crime está, cada vez mais, organizado. Equipes do crime organizado chegam a uma cidade, fazem o levantamento, investigam e passam uma semana fazendo filmagem para saber o momento exato de atuar, colocando verdadeiros escudos humanos à frente de bancos, lotéricas e cooperativas.

Os senhores acham que na ausência da Polícia Militar, em um registro de ocorrências em outras cidades, a cidade não estará vulnerável? A execução do crime, a execução do “novo cangaço” com o qual eu tive o privilégio de trocar tiro na mata fechada quando policial militar, exercendo a minha atividade pelo Batalhão ROTAM, escutando estampido de bala de fuzil próximo a minha cabeça... Alguém sabe o que isso significa na prática?

Então, quando falamos em relação à segurança pública, também, falamos com propriedade, com conhecimento da causa. E, por isso, vimos com os demais Deputados que têm nos procurado, que têm se posicionado, nos reunindo nesta Casa na busca de um diálogo com o Governo do Estado.

O momento, senhores, não é de fechar delegacias alegando que o pouco efetivo ali não realiza a produtividade. Se for o caso de fechar delegacias de Polícia Civil por pouco efetivo, daqui a pouco, também, terão que fechar os destacamentos, núcleos, companhias da Polícia Militar, até porque, na maioria das cidades, como o próprio Araguaia, como a próprio Apiacás e vários outros Municípios, esses núcleos militares têm o efetivo reduzido, mínimo. Então, quanto a essa alegação eu tenho que discordar. E se for para fechar por essa justificativa, então, terão que fechar também, os núcleos militares e pegar a chave da cidade e entregar nas mãos do crime organizado.

Desculpem eu ter que ser verdadeiro, sincero, nas minhas palavras, senhores, senhoras e autoridades. É uma tragédia anunciada que está sendo colocada.

Diante de tudo isso, senhores, nós estamos, também, buscando nos colocar em parceria para que possamos contribuir e não aconteça o fechamento dessas delegacias, que são 21. Que seja reduzido para 16, que seja reduzido para 11, mas não é o caso de fechar que resolverá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

“Ah, não pode fazer a contratação de novos concursos.” Tudo bem, a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite. Isto é a alegação? Que dispense 300 comissionados no Executivo e abra concurso para 300 concursados da segurança pública. (PALMAS)

Querem a resposta para que possamos dar a solução? É para isso que nós apresentamos o Requerimento desta Audiência Pública, para que juntos possamos encontrar uma saída e uma das saídas é essa. Trezentos policiais civis amenizariam? Eu creio que sim! Vamos entrar num entendimento: faça uma nova reforma administrativa do Executivo, reduza 300 cargos comissionados... (PALMAS)...e abram 200, 300 vagas aos policiais civis.

Assim sendo, senhores, temos outra proposta, que eu agradeço também aos nossos companheiros dos gabinetes, os vereadores que têm nos procurado na busca de uma resposta, uma solução para essa problemática. Estou procurando, não sei se vou encontrar esse documento, mas vamos lá...

Passarei a palavra aos presentes para fazerem o uso da fala, nesta oportunidade, e daqui a pouco eu apresentarei mais uma busca de respostas para essa problemática, que é o fechamento das delegacias de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, o que irá gerar o aumento volumoso de boletins de ocorrência.

“A cidade é pacata, temos o registro de um a dois boletins de ocorrência ao mês”. Ora, se temos um ou dois, parabéns à Polícia Militar e à Polícia Civil. (PALMAS) Parabéns! Isso significa que esses homens e mulheres estão demonstrando na prática seus compromissos com o Estado, estão demonstrando que são capazes de manter a ordem nesta cidade e se forem retirados, com certeza, teremos uma estatística negativa. E não é estatística negativa que estamos buscando, mas, sim, a preservação da ordem e da paz social ao povo do Estado de Mato Grosso.

O meu muito obrigado a todos! (PALMAS)

Quero, ainda, registrar a presença do nosso companheiro Deputado Ulysses Moraes; do Coronel Jorge Luiz, suplente de Deputado Federal.

Muito obrigado pela presença! (PALMAS)

Passo a palavra ao companheiro, nosso 1º Secretário da Assembleia Legislativa, ao qual desde já peço o apoio nesta causa, Deputado Max Russi. O senhor está com a palavra. (PALMAS)

O SR. MAX RUSSI - Bom dia a todos e todas!

Quero cumprimentar o Deputado Elizeu Nascimento, parabenizá-lo pela Audiência Pública, pela preocupação com o fechamento das delegacias, a preocupação com a Polícia Civil e a preocupação com os pequenos municípios de Mato Grosso. Eu ouvi o senhor nesse belo pronunciamento muito animado e empolgado.

Também cumprimento o Deputado Dr. Eugênio que muito bem representa o Araguaia neste Parlamento. Há pouco ele estava me falando das delegacias que irão fechar no Araguaia, das dificuldades, o que isso causará de transtorno para a região.

Parabéns, Deputado Dr. Eugênio, pelo trabalho também!

Cumprimentar o Deputado Delegado Claudinei, que é Delegado de Polícia, sabe da problemática; o Deputado Ulysses Moraes, que tem trabalhado bastante neste Parlamento; quero cumprimentar o Dr. José Antônio, Procurador-Geral do Ministério Público, que está iniciando um trabalho e vamos precisar muito do apoio do Ministério Público nesse trabalho; o Sr. Wylton Massao Ohara, Secretário Adjunto de Inteligência da SESP, que neste ato representa o Secretário de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019, ÀS 9H.

Segurança Alexandre Bustamante. O Secretário de Segurança esteve neste Parlamento no dia de ontem, conversou com alguns Parlamentares. Confesso que a conversa não foi das mais animadas. Eu não pude participar, mas, depois, escutando as falas dos outros Deputados, realmente, é uma preocupação muito grande e vamos precisar muito, Dr. Wylton, de vocês, da Secretaria, porque realmente essa é uma cobrança que tem chegado muito neste Parlamento.

Cumprimento todos da mesa!

Não vou nominar todos pelo tempo, mas, também, em nome do Deputado João Batista, que é de São José do Povo, que me convidou para estar nesta Audiência Pública, que faz parte da nossa Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, sem sombra de dúvida, eu cumprimento a todos da plateia.

Quero fazer algumas colocações, de forma rápida, eu terei que me ausentar logo após por alguns trabalhos como 1º Secretário da Casa, mas não poderia deixar de participar desta importante Audiência Pública, um tema bastante cobrado de todos os Parlamentares. Nós andamos no Estado com ligações, cobranças, sobre o fechamento das delegacias. Sabemos da dificuldade financeira, sabemos da problemática toda financeira que o Estado de Mato Grosso atravessa, dos meios que o Governo, a Secretaria de Segurança, tem que procurar, tem que buscar para gerir melhor os recursos e fazer com que o recurso que tem consiga fazer um atendimento melhor no Estado de Mato Grosso, mas realmente nos preocupa bastante esse fechamento.

São pequenos municípios de Mato Grosso, são cidades que por si só já encontram uma dificuldade muito grande no seu desenvolvimento, são cidades que precisam - e eu defendo muito neste Parlamento - ainda mais do apoio do Estado pela dificuldade que têm de arrecadação, por todos os tipos de dificuldade pelos quais esses municípios passam. Eu gostaria de pedir ao Sr. Wylton que levasse ao Secretário de Segurança uma proposta. Acredito que foi criado um critério para o fechamento dessas delegacias e nós precisaríamos, também, procurar uma forma, talvez, após essa Audiência Pública, criar um critério para o não fechamento de algumas dessas delegacias, se isso fosse possível.

O não fechamento no seguinte sentido...

Vi uma entrevista dizendo: “Ah, paga-se aluguel, uma série de despesas que o Estado não está conseguindo comportar?”. Mas eu sei, também, que tem muitos municípios, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura, enfim, que têm prédios dos municípios, que têm espaço do município, que tem condição. Eu vi algumas entrevistas de comerciantes de algumas cidades falando que querem ajudar, que querem colaborar.

Enfim, devemos procurar alguns critérios que possam fazer com que nós não fechemos 16, o Deputado Elizeu Nascimento falou em 11, não sei se já diminuiu para 11. Alguma possibilidade de avançarmos, também, no sentido de onde conseguirmos atingir esse apoio para que não ocorra esse fechamento. Cada município tem a sua realidade, cada cidade tem a sua realidade.

Então, eu gostaria que fosse criado um critério para que possamos chamar a sociedade, chamar todos os envolvidos daquele município que têm interesse desse não fechamento, para participarem desse processo.

Não sei na questão das Delegacias de Polícia Civil, mas sei na questão dos Bombeiros. Cidade que tem o Corpo de Bombeiros até o seguro das casas e dos veículos são mais baratos. Ou seja, não sei se no fechamento das delegacias implicaria também na questão dos seguros dos imóveis, de carros, feitos pelas seguradoras. No Bombeiros eu sei que existe isso, na Polícia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Civil eu não tenho essa certeza. Mas se existir isso é mais um prejuízo que essas cidades, essas pequenas cidades, que já têm uma desigualdade muito grande, vão sofrer nesse período.

Tem algo também, e aí é importante a participação do Ministério Público, do Poder Judiciário, porque precisamos discutir... eu sei que talvez muitos não concordam e não irão concordar com isso, mas em alguns municípios, precisamos ver a questão do TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência, feitos pela Polícia Militar.

O Deputado Elizeu Nascimento falou de sair de Jangada e ir a Rosário Oeste. Aqui, se acontecer uma briga de marido e mulher em Barão de Melgaço, são 100 quilômetros para chegar a Cuiabá, para fazer esse termo circunstanciado, e a cidade vai ficar sem ninguém.

Então, essa é uma discussão que precisa ser feita nesse momento com esse fechamento. Eu falei de uma cidade que tem acesso por terra, tem acesso rápido, mas imagina esses municípios que ainda não chegou o asfalto, não tem acesso, acesso sem asfaltos, de terra, e aí a dificuldade é muito maior, porque só tem uma viatura naquele município e não tem condição e fazer esse atendimento.

Então, precisamos fazer essa discussão também, porque realmente essa será outra problemática com o fechamento dessas delegacias. Sou contra esse fechamento, acho que a questão econômica tem que ser levada a sério, o Governo do Estado... nós sentimos muito quando o Governo Mauro Mendes tem levado isso muito a sério nesse início de mandato, mas também não podemos esquecer da questão social.

São dois paralelos que têm que ser trabalhados juntos em qualquer gestão, a questão econômica e também a questão social que tem que ser muito olhada, nas decisões de qualquer político, de qualquer gestor público. Então, isso também é algo que nós precisamos fazer uma análise nesse sentido, porque teremos uma economia, mas também vamos desassistir muitos municípios de Mato Grosso nesse ponto.

No mais, quero parabenizar o Deputado Elizeu Nascimento mais uma vez, me colocar à disposição para esse trabalho, pedir ao nosso representante aqui e também do Secretário de Segurança, que após os seis meses que foi decretado, no decreto, para que possamos também continuar o chamamento dos Delegados que passaram no último concurso. Isso também é importante, temos um concurso feito e que está precisando de efetivo, estão precisando ser chamados, foram chamados quinze delegados, mas precisamos avançar nisso aí. Após o período de seis meses será uma cobrança que eu farei forte neste Parlamento para que possamos avançar nessa direção, e essas pessoas que fizeram o concurso estão esperando, e que o Estado está precisando deles, que possam ser chamados.

No mais obrigado, quero falar a todos os vereadores, contem com o Deputado Max Russi nesses encaminhamentos. Talvez não iremos avançar para o não fechamento, mas nós precisamos avançar numa solução que dê tranquilidade nesses municípios. Precisamos avançar, e o Ministério Público tem a responsabilidade nisso, a Assembleia Legislativa tem muita responsabilidade nisso, o Poder Executivo, a Secretaria de Segurança Pública, enfim, todos os entes para que possamos ter sucesso nesta Audiência Elizeu Nascimento, proposta por você e que possamos fazer os encaminhamentos para trazer solução, pelo menos amenizar esse problema no Estado de Mato Grosso, no mais, muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Essas foram as palavras do Deputado Estadual Max Russi, Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Caso haja interesse de alguém da plateia em interpelar os palestrantes poderão fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial, só basta dar o nome ao cerimonial estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e o interpelado terá 3 minutos para a sua resposta.

Deputado Max, diante de todas essas problemáticas, irei ler aqui um preâmbulo nos moldes do Artigo 144 da Constituição Federal “A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos...”

Desta forma a atividade policial é carreira de responsabilidade do Estado imprescindível à manutenção da normalidade democrática sendo impossível sua complementação ou substituição pela atividade privada. Partindo desta premissa, a carreira policial é o braço armado do Estado, responsável pela garantia da segurança interna, ordem pública e a paz social, nesta consonância o direito a segurança é prerrogativa constitucional indisponível garantido mediante a implementação de políticas públicas impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço.

Vale salientar que é possível ao Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a implementação de políticas públicas de segurança quando inadimplente com a sua obrigação. Pelo exposto acima, percebemos que a segurança é um dever do Estado cabendo somente ele na pessoa do gestor implementar políticas de segurança que proteja os cidadãos em sua máxima ao passo que não há justificativa legal para fechar delegacias, deixando a sociedade local desamparada por corte de despesa pública tendo em vista que, a segurança é um direito constitucional imprescindível no qual resguarda os principais valores do ser humano tais como a vida, o patrimônio e a sua liberdade.

Neste diapasão, no dia 10/01/2019, foi aprovada uma Emenda à Constituição do Estado, PEC, que destina parte das emendas parlamentares a setores diversos, porém, a Segurança Pública não foi contemplada.

Sendo assim, como Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública e Comunitária, apresentarei, na próxima Sessão, uma nova PEC acrescentando um percentual à segurança pública deste Estado nas emendas parlamentares impositivas, condição imprescindível para manutenção e garantia da ordem pública, buscando, assim, dar condições mínimas de segurança ao cidadão mato-grossense e condições de trabalho aos profissionais para que possam ter a sensação de segurança e viver em paz social. (PALMAS)

Assim sendo, senhores e senhoras, declaro que esta Emenda Constitucional foi acrescentada. No item I constam 12% para a saúde; 25% para a educação; 6,5% para o esporte e 6,5% para os projetos culturais e regionais, mas nenhum por cento foi destinado à segurança pública.

Sendo assim, senhoras e senhores, para que possamos...

Eu peço aqui, encarecidamente, o apoio dos nossos Pares para que possamos, em uma mudança, Deputado Delegado Claudinei, que compõe a Segurança Pública e Comunitária, apresentar esta PEC que propõe alteração, destinando uma porcentagem à área da Segurança Pública.

No caso, acrescenta e modifica os dispositivos do Art.164 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Projeto de Emenda Constitucional:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, nos termos do que dispõe o art. 38 da Constituição Estadual, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

O Art. 1º O art. 164 da Constituição do Estado de Mato Grosso passa a vigorar modificando e acrescentando inciso V ao § 16, com as seguintes redações:

“Art. 164 (...)

(...)

§ 16 Para fins do disposto no § 15 deste artigo, até 40 % (quarenta por cento) dos recursos relacionados à execução da programação orçamentária das emendas parlamentares poderão ser destinados para áreas e setores diversos, desde que respeitada a destinação de, pelo menos, 60% (sessenta por cento) às seguintes áreas, e nos respectivos percentuais mínimos...”

Ficaria desta forma a PEC com essa mudança:

“I - 12% (doze por cento) para a saúde;...”

Não mexeríamos na saúde!

“II - 25% (vinte e cinco por cento) para a educação;...”

Não mexeríamos na educação, que é um ponto essencial.

“III - 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) em esporte;...”

Manteríamos o esporte!

“IV - 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento)...”

Para área cultural regional. Manteríamos o 6,5%!

E destinaríamos dessa porcentagem 10% (dez por cento) para serem investidos na segurança pública, reformas prediais e uma série de ocupações e necessidades dos profissionais da área de segurança pública.

Então, neste caso, implementaríamos 10% na área de segurança pública e, ainda, sobrariam 40% para nós, Parlamentares, investirmos onde acharmos mais necessário.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

JUSTIFICATIVA

Apresento esta proposta de alteração ao texto da Constituição Estadual como forma de garantir o pleno exercício das funções públicas atribuídas aos parlamentares desta Casa de Leis, no caso, a apresentação de emendas impositivas à Lei Orçamentária.

Nesse contexto, é necessário destacar que os orçamentos públicos são instrumentos de fundamental importância para o atendimento das demandas da sociedade e para o gerenciamento eficaz dos recursos públicos.

Ocorre que, na prática, o Poder Executivo vem contingenciando as emendas regularmente aprovadas no âmbito do Poder Legislativo, inviabilizando a prerrogativa dos Parlamentares em atender os clamores da sociedade mediante a execução de investimentos imprescindíveis a qualidade de vida das comunidades, principalmente, as mais carentes, as quais na sua grande maioria dependem unicamente desses recursos para terem acesso aos serviços públicos voltados à educação, saúde, segurança, esporte e outros.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTES ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Destarte com o objetivo de corrigir tal situação e atribuir maior eficiência e transparência aos gastos públicos, esta Emenda Constitucional torna obrigatória à execução da programação orçamentária anual decorrente de Emendas Parlamentares, incluindo o direcionamento obrigatório de 10% das Emendas Parlamentares incluídas na programação orçamentária ao financiamento na área de segurança pública, sob pena de incorrer em crime de Responsabilidade Fiscal.

Garantindo com tal comando e efetiva concretização das definições contidas nos orçamentos resultantes no processo da participação da atividade parlamentar, por fim, o projeto em tela vincula 60% dos recursos e das emendas parlamentares incluídas na programação orçamentária ao financiamento das áreas de saúde, segurança pública, esporte, cultura e segurança pública nas seguintes proposições:

- a) 12% para a saúde;
- b) 25% para a educação;
- c) 6,5% para o esporte;
- d) 6,5% para a cultura;
- e) 10% em segurança pública.

Deste modo, na perspectiva de recuperar e materializar o papel, as funções, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso solicita o apoio dos ilustres Pares a aprovação desta PEC, na certeza de que, ensejará significativo aprimoramento do processo orçamentário em nosso Estado.

Plenário das Deliberações.

Este é um Projeto de Emenda Constitucional que eu proponho e desde já solicito apoio aos meus Pares, Deputados que compõem a Segurança Pública, que compõem a Comissão Parlamentar de Segurança Pública e Comunitária, Deputado Delegado Claudinei, Deputado Estadual que faço o registro da sua presença, João Batista, e demais companheiros que estão e são a favor da permanência dessas delegacias.

Faço aqui, agora, neste exato momento, uma pergunta aos senhores: quem está de acordo aos 10 % à segurança pública que levante a sua mão neste momento.

(A MAIORIA DA PLATEIA LEVANTA AS MÃOS.)

Isso demonstra o nosso compromisso e a nossa responsabilidade.

Assim sendo, não só o Executivo estaria, Sr. Secretário, senhores presentes, Policiais Militares, Srs. Deputados, contribuindo com a permanência da Delegacia e o fortalecimento da segurança, mas o Parlamento do Estado de Mato Grosso estaria também entrando com uma parcela, com um valor, contribuindo para que essa segurança se fortaleça a cada dia.

Muito obrigado. (PALMAS).

Registro a presença do Exmº Sr. Deputado João Batista. (PALMAS)

Quero convidar para fazer uso da palavra o Dr. José Antônio Pereira Borges, Procurador-Geral do nosso Ministério Público do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA BORGES – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Elizeu Nascimento; os demais Deputados presentes compondo esta mesa; a Polícia Civil, por meio do Dr. Marçal, que faz parte da mesa; os policiais militares por meio do Coronel Jorge Luiz, que tenho a satisfação de estar trabalhando comigo no GSI; senhoras e senhores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

É um tema muito delicado e estamos com um cobertor curto.

Estamos numa grave crise econômica no País e no nosso Estado, apesar de que, pelos quatro milhões de habitantes, em termos *per capita*, Mato Grosso poderia ser uma Suíça.

Infelizmente, por erros políticos, começando pela Copa, em que houve desvio de dinheiro, temos um VLT até hoje, essa sucata que está ficando, uma dificuldade muito grande para ser resolvido.

Nesse sentido, falo com racionalidade em relação a isso. Por exemplo, o nosso Presidente do Tribunal, Desembargador Carlos Alberto, está fazendo um estudo para fechar 14 comarcas.

O Ministério Público, paralelamente, está fazendo esse estudo, Comarcas em que há poucos processos e estão próximas a cidades em que poderão ser resolvidos esses problemas.

Também o Governo, por meio da sua Secretaria de Segurança, esteve reunido comigo e com o Presidente do Tribunal de Justiça, trazendo os números e a necessidade, neste momento justificável, por falta de dinheiro, por falta de efetivo, que ocorra o fechamento de algumas delegacias.

De qualquer sorte, não teria outra situação, a Polícia Judiciária faz investigações, quem faz a repressão e ostensividade é a Polícia Militar e essa não faltará nesses municípios em que ocorrerá essa situação de fechamento, que é a decisão política do governo.

Então, há uma justificativa no momento, os Delegados que fizeram essa proposta também são da instituição e das corporações e sabem da necessidade como gestores desse momento.

A justificativa que tem, se não tiver outra saída orçamentária para o momento, como é a mesma situação do Ministério Público e do Judiciário, e até mesmo em Cuiabá faltam Delegados, aliás, têm Delegados presentes hoje que fizeram concurso e não assumiram, como o próprio Deputado Max Russi colocou.

Nós vivemos um momento de crise.

Nós próximos cinco anos 50% dos professores se aposentarão e a Polícia Militar e a Polícia Civil, que é uma profissão de risco, se aposentam justificadamente mais cedo também.

Então, temos uma realidade em que a Assembleia Legislativa tem que pensar, junto com o Governo, as melhores saídas, mas temos uma realidade econômica hoje muito complicada.

Vamos ao exemplo só do Rio Grande do Sul. Lá chamam-se brigadianos os policiais militares, historicamente, pela Revolução Farroupilha. Lá tem 20.000 brigadianos na ativa e 40.000 aposentados. Um Estado tão rico, industrializado, como é o Rio Grande do Sul, tem atrasos de salários, com aqui também está tendo.

Então essas reformas administrativas são necessárias serem feitas.

Os dados que o Governador apresentou a mim e ao Desembargador Carlos Alberto são dessa realidade.

Alguns municípios sequer, e felizmente, teve um homicídio no ano, às vezes são casos mais de furto.

A questão corporativa é para que a Polícia Civil, junto com a Polícia Militar, vejam, nos casos onde não haja Delegacia, que a Polícia Militar faça esse boletim de ocorrência, diante da falta da Polícia Civil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Então, o que eu falo aqui é com muita tranquilidade, da racionalidade do problema do gestor na relação.

Eu também sou gestor do Ministério Público, tenho muitas demandas e não posso atender, porque temos a dificuldade financeira pela qual passa hoje o nosso Estado. Aliás, ao Ministério Público, ao Judiciário, a própria Assembleia Legislativa houve até atrasos de repasse. Não nos repassaram por falta de dinheiro, e só receberemos quando tiver sobra na arrecadação.

Nesse momento a justificativa emergencial é essa, até porque não tem mesmo Delegados nessas cidades.

Claro, estão aqui o Dr. Massao e outros que poderão explicar essa situação.

Se não houver uma saída econômica neste momento, claro, com uma perspectiva de que no futuro volte a ter essas delegacias, como também no Ministério Público existem algumas Comarcas em que o Promotor responde por mais de uma Comarca, porque são pequenas ou uma do lado da outra.

Por exemplo, Jaciara está a 17 quilômetros de Dom Aquino e Juscimeira está a 8 quilômetros. Uma das ideias, por exemplo, é centralizarmos toda essa demanda só em Jaciara. Isso traz economia para o Ministério Público e traz economia ao Judiciário.

Então, nós temos uma realidade financeira, senhores, e os números não mentem.

Havendo a possibilidade de remanejamento financeiro...

Nós temos hoje o caos da Educação, crianças estudando em escolas de lata; temos hoje o caos da Saúde, como o exemplo da Santa Casa fechando, então, temos vários problemas para serem administrados.

Confiamos que o Governador tem essa intenção, principalmente os Deputados aqui, que fazem as leis, que fiscalizam, e estão no seu papel, e quero parabenizar, a discussão é salutar, para chegarmos ao melhor caminho em relação a isso, mas há uma realidade nossa hoje, que não podemos esconder, e nós, como gestores públicos, temos a responsabilidade em relação a qual o melhor caminho e não simplesmente taparmos o sol com a peneira diante da realidade econômica em que vive o nosso Estado hoje.

Então, nesse sentido, o que o Governo nos passou neste momento, entendendo pela questão emergencial, é justificável o fechamento dessas delegacias nessas pequenas cidades.

É assim que o Ministério Público se posiciona neste momento.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Vamos alternar. Aquele que formos chamando terá três minutos para sua fala.

Com a palavra, o Sr. Adair José da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Nova Lacerda.

O SR. ADAIR JOSÉ DA SILVA – Bom dia a todos!

Nobres Deputados, autoridades da Segurança Pública.

Ficamos chateados por ver o Ministério Público, que se pronuncia para defender a população, estar defendendo mais o Governo do Estado. (PALMAS)

Senhores, nós somos de uma cidade pequena de 5.500 habitantes, na faixa de fronteira onde temos um posto da Polícia Civil. Está certo, pelo que vemos os números, os nossos boletins de ocorrência são poucos, mas é porque a presença da polícia tem inibido ações de traficantes e bandidos no nosso Município.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Então, a representatividade do nosso Município... É muito importante que esteja instalado lá. Estamos a 100 quilômetros das delegacias mais próximas, então temos sim que muitas vezes deslocar, antes dessas delegacias, 10 quilômetros para fazer um boletim de ocorrência, ou para alguns casos. Então, é muito importante a presença da Polícia Militar.

Estive numa comunidade rural, na semana passada, onde um morador de mais de 70 anos, que mora sozinho, me disse: “Adair, é muito importante a presença da polícia. Não devemos deixar fechar essas unidades, porque a polícia está aí é para reprimir, é para fazer a função que deve ser feita. Então, ficamos muito triste em ouvir o pronunciamento e apoio ao Governo para o fechamento dessas delegacias.

Estamos nessa faixa de fronteira, Sr. Deputado, é de grande importância essas delegacias. Eu estou já há uma semana fora de casa e minha esposa liga todos os dias, “bandidos estão rondando a minha casa”. Já fiz os BOs, TCOs, a polícia tem andado.

A minha propriedade fica a 1.500 metros da cidade, moro na zona rural. Sem a presença da polícia, como é que eu faria? Estou tranquilo aqui hoje em Cuiabá, estive em Brasília, porque a polícia está fazendo ronda na minha propriedade, os bandidos querem roubar alguma coisa que eu não tenho.

Então, a presença da polícia é muito importante para a nossa segurança. Se hoje o Governo do Estado investisse em detector de metal nas escolas, não tinha acontecido o que aconteceu em Suzano. (PALMAS)

Então, temos que reavaliar.

O Governo fez uma proposta junto ao Ministério Público e outras entidades sem comunicar os Municípios, sem comunicar à população, não vendo a importância, não nos ouvindo. O Governo tem que ouvir a população para chegar aos diagnósticos que está chegando.

Então, vamos pedir às autoridades. Aqui estão as pessoas, Sr. Deputado, que vão poder fazer essa mudança, acredito que todos que estão aqui... Somos nós que devemos ajudar a fazer essa mudança de transformação para a segurança das nossas famílias. Porque sem segurança como é que nós vamos viver. Vivemos hoje presos em nossas casas e os bandidos soltos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Convidar para fazer uso da palavra o Deputado Estadual Dr. Eugênio, que representa o Município de Água Boa e o Araguaia. (PALMAS)

O SR. DR. EUGÊNIO – Muito bom dia a todos vocês, população.

Eu queria aqui, Deputado Elizeu Nascimento, parabenizar pela iniciativa dessa Audiência Pública. Nós estamos com tempo já bastante estendido, então quero tomar a liberdade aqui de cumprimentar, em nome de Vossa Excelência, todo o dispositivo da mesa.

Queria também cumprimentar aqui uma figura que faz parte da história desse Estado de Mato Grosso, que tem um carinho enorme pelo nosso Araguaia, fica a figura do Eduardo Brigadeiro, que tem um carinho enorme pelo nosso Araguaia. Aonde o Eduardo vai, leva o nome do Araguaia; e nós queremos aqui, Eduardo, te parabenizar por sempre defender o Araguaia por onde você passa.

Também queria aqui, em nome de toda a segurança pública, envolvendo todos os órgãos de segurança pública, quero falar em nome do senhor Coronel Jorge Luiz, Água Boa teve a honra de tê-lo conosco lá chefiando o 13º Comando Regional durante 11 anos, e o senhor deu prova

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

de que é possível fazer segurança pública integrando a comunidade nos projetos de segurança pública, e eu quero aqui externar o nosso agradecimento pelos 11 anos que o senhor passou conosco, e o Ministério Público está muito bem assistindo lá na CGI junto com a sua presença.

Nós estamos vendo essa discussão toda aqui nessa Audiência Pública. Audiência Pública serve para nós tentarmos resolver as questões.

Eu sou médico, mas eu me formei... Eu fiz um curso de pós-graduação em Administração Pública Municipal e a minha tese que defendi na pós-graduação foi segurança pública, em que nós fizemos um estudo, com auxílio inclusive do Coronel Jorge Luiz, em que nós vimos o aumento da criminalidade depois que o presídio Major Zuzi, ou “Zuzi”, como queiram, foi instalado lá no Município de Água Boa, onde nós temos hoje 600, aproximadamente, 600 reeducandos ou presidiários, como queiram também.

Em 2014, eu participei em Primavera do Leste junto com o Dr. Bustamante, que hoje ocupa a chefia da Segurança Pública do Estado, nós debatemos lá a segurança pública no Estado Mato Grosso, nós podemos levar algumas experiências que nós adquirimos ao longo dessa convivência com o presídio lá em Água Boa.

Mas nós viemos aqui hoje não foi para discutir segurança pública como um todo, nós viemos aqui para ver se nós buscamos soluções para o não fechamento dessas 16 delegacias e nós, do Araguaia, somos afetados com 03 delegacias. Serão fechadas as delegacias de Luciara, Novo Santo Antônio e Bom Jesus do Araguaia.

Eu tenho conversado com o Dr. Mário, que tem sido muito acessível conosco, eu tenho que abrir aspas para isso, ele sempre tem nos recebido para que nós possamos debater esse tema com ele, porém nós não podemos... Ele alega que as questões técnicas, ele vai ter a sua fala para fazer os argumentos também, defendendo esses fechamentos, mas nós não conseguimos entender como é que uma região que já está tão desassistida com o número de policiais ainda vai ter mais delegacias fechadas, mais policiais ausentes. (PALMAS)

Dr. Mário, eu tenho profundo respeito por Vossa Excelência e, tecnicamente, até concordo com o senhor, eu conversei com o Gláucio, eu conversei com a Presidente do Sindicato dos Investigadores, em que eles se posicionam que, se não tem aquela estrutura toda para funcionar, é melhor fechar. Mas nós, a população, entendemos diferente, é melhor termos 01, 02 do que não ter nenhum. Aquela sensação de segurança que passa para a comunidade nós temos que respeitar.

Nós tivemos lá, durante muito tempo, assalto, principalmente à Viação Xavante, no trecho de Bom Jesus do Araguaia, e foi graças ao serviço de inteligência que conseguiram acabar com aquele crime organizado que estava ocorrendo.

Nós tivemos tentativa de assalto ao Banco Sicredi em Bom Jesus do Araguaia, e houve a participação da inteligência e depois com a ação concreta da Polícia Militar para que pudesse, inclusive com perdas de vidas dos meliantes, o caso ser resolvido. Eu tenho as minhas dúvidas, se essas delegacias estivessem sido fechadas, se com tanta rapidez tivesse sido ocorrido aqueles casos da região de Bom Jesus do Araguaia.

Eu acho que nós temos que buscar entendimento para que consigamos unir forças com a Assembleia Legislativa, junto com os prefeitos, com as câmaras municipais e buscar alternativa para que não feche.

Dr. Mário, escute esse povo. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Às vezes, eu fico até meio constrangido, porque eu entendo a posição do senhor, Dr. Mário, mas eu represento o povo de Mato Grosso, eu represento o Araguaia. E, representando o Araguaia, eu tenho que falar a voz do povo. São eles que nos elegeram para que viéssemos aqui defender aquilo que eles pensam. E o que eles pedem para vocês é que não fechem essas 03 delegacias do Araguaia.

Nós, do Vale do Araguaia, temos contribuído muito, e muito, para o Produto Interno Bruto do Estado de Mato Grosso. Com o novo FETHAB ou com o FETHAB Adicional, como queiram, mais de 01 bilhão serão inseridos na economia de Mato Grosso graças aos produtores do nosso Estado de Mato Grosso.

E nós do Araguaia temos uma participação importantíssima nesse PIB de Mato Grosso, esse PIB de Mato Grosso, e esse mais de 01 bilhão que serão inseridos, está lá que é para a educação, saúde e segurança pública, faz parte do projeto. Então, que esse dinheiro do FETHAB possa ser usado em futuros concursos, que possa ser usado para que chamem aqueles que já foram concursados, é isso que nós queremos. Trazemos essa discussão, as discussões são salutares.

Então, Presidente, eu peço, faço um apelo a Vossa Excelência para que foquemos nos fechamento dessas delegacias, porque senão esta Audiência Pública não terá resultado, que é aonde nós queremos chegar.

Só para terem ideia, o nosso Araguaia, apesar da riqueza que tem... Durante muitos anos, ele foi chamado de Vale dos Esquecidos, tem que mudar esse nome, porque uma região que produz tanto, Querência produz 500 mil hectares; Canarana planta 300 mil hectares; Gaúcha do Norte 240 mil hectares; Água Boa, quase duzentos mil hectares, uma região tão rica não pode ser chamada de Vale dos Esquecidos.

E o fechamento dessas delegacias só contribui para que nós continuemos sendo chamados de Vale dos Esquecidos, mas estamos aqui para alertar Mato Grosso, que temos um Deputado que olha por aquela região e nós queremos...(PALMAS)

E nós apoiamos o Governo, nós somos um bloco de apoio ao Governo, nós não somos oposição ao Governo, nós queremos que tenhamos ações que converjam para a melhoria da qualidade de vida na área que eu atuo, que é a saúde; na educação, porque não existe transformação social, não existe melhora de segurança pública se nós não resolvermos a questão da educação no Estado; e queremos também resolver como paliativo essa questão da segurança pública, mantendo e melhorando a estrutura dessas delegacias.

Muito obrigado e bom dia. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Gostaria de convidar para fazer o uso da palavra a Sr^a Edleusa Mesquita, Presidente do Sindicato dos Investigadores da Polícia Civil.

A SR^a EDLEUSA MESQUITA - Bom dia a todos.

Em nome do Deputado Elizeu Nascimento, gostaria de cumprimentar todo o dispositivo; em nome do meu Vice-Presidente, Presidente da Associação dos Investigadores, eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, Gláucio de Abreu Castañon.

Enquanto representante classista, eu vou pontuar algumas coisas aqui.

Hoje, desses 21 municípios que foram apontados, existe um, dois, no máximo três, um ou dois desses municípios têm no máximo três investigadores para atender a uma demanda populacional grande; o menor município que tem é 5.500 habitantes; o maior, são mais de 25 mil; então, é uma quantidade populacional muito pequena.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019, ÀS 9H.

Hoje, o efetivo dos investigadores de polícia no Estado de Mato Grosso, na ativa, é de 2.093 investigadores; desses 2.093, 1.891 estão na atividade, os outros estão com afastamento para tratamento de saúde, estão à disposição de outros órgãos, então, 1.891. Desses 1.891, parte está na Diretoria, fazendo serviço administrativo; no Arquivo Central, fazendo parte administrativa; então reduz mais na atividade-fim de investigadores, nós temos muito menos, quase 1.700, somente, para atender a uma demanda de 112 municípios, de 176 delegacias em 112 municípios.

A quantidade do efetivo é muito curta, e nesses municípios que estão sendo prejudicados, existe uma situação mais agravante, esses policiais têm uma sobrecarga de serviço e não são compensados por isso.

Na nossa Lei Orgânica, o Estatuto da Polícia Civil, nós cumprimos 40 horas semanais, e quem faz um plantão de 24/72, cumpre 48 horas semanais, tem 8 horas a mais e não recebe hora-extra por isso.

Os policiais desses municípios - de seus municípios, dos senhores que estão aqui, dos municípios que foram relacionados e estão sendo prejudicados - fazem 24/24 ou pegam a semana direto, trabalham com o regime de sobreaviso, que é quando é chamado no período noturno para trabalhar na delegacia, e eles não são compensados por isso. Em muitos desses municípios, não existe compensação de horas, ou seja, horas de repouso, porque não há quem o substitua, não existe o remanejamento dentro da Regional para substituir aquele policial para descansar, seja ele investigador, seja escrivão, porque muitos desses municípios não têm delegado presente.

Um delegado responde por um, dois ou três municípios. Tem que haver esse remanejamento, e não há.

Também, no adicional noturno deles, embora eles tirem 24/72, chegam a fazer 75 horas trabalhadas por semana, eles não recebem mais do que oito adicionais noturnos por mês. Então, existe uma sobrecarga muito grande que acaba adoecendo psicologicamente o policial. Ninguém se exime de trabalhar, não; todos querem, mas não tem efetivo adequado para atender a demanda do município.

Outro ponto, o investigador de polícia registra o boletim de ocorrência, dentro da delegacia, nos municípios onde não há escrivão; ele efetua o auto de prisão em flagrante; formaliza alguns procedimentos da delegacia, as formalidades da delegacia; leva para outro município, ou para a comarca, quando há audiência de custódia, ele tem que se deslocar de um município para o outro, e ele não recebe diária por isso também, porque grande parte das vezes é alegado que não há recurso para pagar a diária do policial. Então, ele paga a sua alimentação; e se tiver que dormir em outro município, ele paga a sua hospedagem também.

Depois de passar pela audiência de custódia, porque no interior o policial civil, o investigador de polícia tem que acompanhar o preso na audiência de custódia até terminar a audiência de custódia, e depois ele ainda tem que levar no presídio para entregar o preso. Antes disso, ele tem que levar para fazer exame de corpo de delito, porque só chega à audiência de custódia com exame de corpo de delito. Numa delegacia onde há dois efetivos, se sai um investigador para levar um, dois ou três presos para outro município, ele corre o risco na sua integridade física, ele corre o risco de morrer ali no caminho, de nem chegar.

Pensando nisso, o Sindicato dos Investigadores fez um relatório comunicando, identificando, todos esses problemas. Quando identificamos o problema, procuramos um diagnóstico e não eliminar o problema, nós apresentamos o diagnóstico. O nosso sindicato, eu até quero

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019, ÀS 9H.

desmistificar, porque estão acusando o Sindicato dos Investigadores de ser o culpado por fechar delegacias, nós não somos culpados de nada, o sindicato existe para preservar os direitos dos nossos sindicalizados, dos nossos investigadores de polícia, e nós estamos passando por cada município, identificando os problemas para ver uma solução, não querendo que feche delegacias.

Nós sugerimos, sim, nos nossos relatórios, que senão houver resolução, que feche as delegacias, porque os policiais não podem ficar prejudicados, com perdas de direitos e nem um pouco reconhecidos, isso vindo pelo lado institucional, pelo lado de representante classista. Nós pontuamos isso para toda a Diretoria da Polícia Civil e para o Secretário de Segurança Pública.

Agora, irei falar como cidadã. Como cidadã, eu sou totalmente contra o fechamento das delegacias, porque é dever do Estado, obrigação do Estado, fornecer segurança pública. Nem que haja um cidadão no município o Estado tem que oferecer segurança pública, ele tem que fornecer. Quando identificamos o problema, quem tem que buscar a solução são os gestores do Estado, não somos nós - os sindicatos -, não. Quem tem que buscar a solução são os gestores. O nosso sindicato apresentou no ano passado para a gestão passada e nesse ano para o atual Secretário uma das soluções e a solução é: temos 2.093 Investigadores de Polícia, 688 Escrivães de Polícia e se unificar as carreiras de Investigadores de Polícia com os Escrivães de Polícia e colocar como Oficial de Polícia Judiciária aumenta-se o efetivo. Por que o que acontece? O Escrivão de Polícia fica na parte cartorária e o Investigador de Polícia vai para a rua e se tiver uma equipe de Oficiais de Polícia Judiciária, aumenta-se o efetivo da Delegacia e vão todos para a rua, todos formalizam e todos terminam o procedimento...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Para concluir...

A SR^a EDILEUZA AFONSO MESQUITA - Começa e termina o procedimento. Então essa é uma das soluções.

A outra sugestão que o Sindicato deu foi que fizessem convênio com os municípios. Se hoje o Investigador de Polícia além de todas essas atribuições ele ainda é o guarda patrimonial da delegacia... porque se ele se ausentar da delegacia ele ainda responde por improbidade, se sumir alguma arma perdida, se sumir alguma droga apreendida, se sumir um veículo apreendido, ele responde e ainda perder o emprego dele.

Ele tem que ficar dentro da delegacia cuidando de prédio e se tiver um convênio com o município e que o município forneça esse guarda patrimonial ou o agente administrativo para fazer a parte burocrática dos Municípios tudo isso é conversado com o Governo do Estado, tudo isso é gestão do Governo do Estado que deveria sentar com os líderes municipais para buscar uma solução.

Uma doença de vitiligo, por exemplo, fazendo um comparativo, eu tenho vitiligo e quando fui falar ao médico que estava com vitiligo o médico disse: “Não existe cura.” Se existisse cura o mundo inteiro conhecia, mas como não existe cura, o mundo não conhece. Não existe cura, mas existe tratamento. E agora me reporta a situação da segurança pública: no Estado de Mato Grosso não temos efetivo ideal e dificilmente vamos buscar, mas buscam essa solução, buscam esse tratamento e o tratamento não é o fechamento de delegacia. Eu estou falando como cidadã! Não é fechamento de delegacia, é solução, é parceria. (PALMAS) E o Deputado Elizeu Nascimento falou em parceira num dos projetos da PEC que ele falou, falou em parceria.

Buscam-se parcerias, mas não somos nós que temos que buscar, não é o sindicato, é o Governo do Estado, são os gestores do Estado que tem que buscar a solução. Nós temos que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

apontar, nós estamos apontando o problema, a doença e o governo tem que buscar a solução. Nós denunciamos tudo, tudo está sendo denunciado, nós não seremos coniventes com a posição do governo. O governo não conversou com a comunidade, da mesma forma, não conversou com o servidor público na hora de tirar todos os direitos dele. E da mesma forma fará com vocês no Município, está fechando as delegacias sem ao menos sugerir uma... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Para concluir...

A SR^a EDILEUZA AFONSO MESQUITA – Sem ao menos sugerir uma audiência pública como o Deputado está sugerindo agora, eu gostaria de falar mais uma vez: é dever do Estado a segurança pública. O governo tem que proporcionar isso a todos, mas, enquanto Sindicato, vamos pontuar, reclamar e identificar todos os problemas. Muito Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Com a palavra, o Deputado Delegado Claudinei, Vice-Presidente da Comissão Permanente de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Bom dia a todos!

Cumprimento a Mesa, os Deputados presentes, importante...

Para adiantarmos, peço um pouco de silêncio para concluirmos logo e para ouvirmos mais os representantes dos municípios, que é importante ouvi-los.

Então, parabenizar a presença dos colegas Deputados que estão colaborando conosco nessa discussão, nessa Audiência Pública.

Também quero agradecer a presença dos colegas de Segurança Pública, Polícia Militar, os colegas Delegados presentes que vieram fazer parte dessa Audiência Pública, meu agradecimento especial ao Dr. Valfrido que foi meu diretor no interior há uns dois anos, quando eu era Delegado Regional em Rondonópolis. Está na função certa dentro da Polícia Judiciária, como diretor do interior. Uma pessoa competente, uma pessoa parceira dos delegados regionais e que também conhece os problemas, praticamente, do Mato Grosso. E deixo os parabéns ao Dr. Mário, nosso Delegado Geral por estar escolhendo os delegados, de acordo com suas competências, suas especialidades. Então, isso é muito importante o Delegado-Geral ter essa visão de não ficar apadrinhando, às vezes, algum colega, algum amigo mais chegado para trazer para a direção da Polícia Judiciária Civil. É importante esse trabalho que ele está fazendo, colocando o delegado com a competência que tem naquela função, para que a Polícia Judiciária Civil possa crescer sem conchavo, sem apadrinhamento. Isso é muito importante.

Agradecer a presença da sociedade, da classe política, dos municípios que estão citados nas desativações provisórias das delegacias.

Então, é muito importante a classe política aqui presente representando a sociedade desses municípios. Apesar de que o representante do Ministério Público, Procurador-Geral do Estado saiu vaiado, mas, também, foi importante a presença dele aqui para ouvir, infelizmente ele não pôde ficar até o final, mas seria importante que ele ouvisse toda a população, toda a apresentação, nós sabemos que ele já deve ter conversado com a direção da PJC, com o Secretário de Segurança, mas também era bom que ele estivesse presente ouvindo todos os detalhes que eles nos passarão e a conclusão que chegaram para a desativação dessas delegacias.

Infelizmente, do Poder Judiciário não veio nenhum representante, acho que seria importante também algum Juiz aqui representando o Poder Judiciário ou algum Desembargador.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA DESTES ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019, ÀS 9H.

Eu tenho 17 anos de Delegado de Polícia, bem trabalhado, bem vivido, quem está aqui me conhece e sabe que eu me dediquei de corpo e alma para a Polícia Judiciária Civil, representando a instituição e fazendo o melhor para a sociedade nesses 17 anos. E por isso que hoje eu sou Deputado, com muito orgulho por esse reconhecimento do trabalho que fizemos nesses 17 anos. E o meu compromisso, como sempre, continua sendo com a sociedade, meu compromisso, minha preocupação é com a sociedade.

E voltando ao Poder Judiciário, um Juiz uma vez, só citando, não vou citar nomes, porque também não é legal, um Juiz uma vez lá em Rondonópolis, um Juiz criminal, nós precisando de alguns mandados urgentes para prendermos assaltantes na cidade, nós fomos lá e pedimos uma conversa com ele, uma reunião, e ele disse que segurança pública não era responsabilidade do Poder Judiciário, que ele iria cumprir com o que estava na Constituição e nas leis. Tudo bem. Mas será que a responsabilidade também não é do Poder Judiciário?

E o Juiz que solta um agressor da mulher, que foi lá, ameaçou várias vezes, já agrediu vários dias essa mulher, e a polícia vai e prende e no outro dia esse agressor é solto e vai lá e mata a mulher, como acontece diariamente no noticiário no Brasil? Então, a nossa responsabilidade também não é do Poder Judiciário, será? Será que é só das polícias? Então, é isso que fica na reflexão. Mas, tudo bem. Não veio nenhum representante, mas nós estamos aqui. Eu sei também que até alguns Delegados me criticaram por esta Audiência Pública, por estar na Comissão de Segurança Pública e Comunitária e ter, também, requerido esta Audiência Pública. Alguns Delegados colegas acharam que é motivo de chacota, que eu estaria fazendo somente política aqui, mas não é isso. A preocupação nossa é bem mais ampla do que fazer política, primeiramente, porque nós não precisamos fazer política. A eleição será somente daqui a três anos e meio, 4 anos, já estamos aqui eleitos e a jornada é longa em 4 anos. (PALMAS)

Então, não estamos aqui para fazer política. Estamos preocupados, porque toda semana recebo, no meu gabinete, prefeitos e vereadores desses municípios que estão preocupados, porque a primeira informação que saiu, não a oficial da Polícia Civil ou da Secretaria de Segurança Pública, mas vazou a informação errada à imprensa de que seriam 26 delegacias fechadas; depois, que serviam 24 delegacias fechadas e, depois, que seriam 21 delegacias fechadas sem saber os nomes ao certo de quais municípios seriam atingidos. E, agora, nós temos a notícia de que 16 delegacias, 16 municípios, sofrerão com esses fechamentos.

Então, nós não estamos aqui para fazer política. Estamos aqui para ouvir as explicações, esses estudos que se iniciaram desde o ano passado até por meio do Sindicato dos Investigadores, o Sindicato dos Escrivães, também, acompanhou esse trabalho e acredito que o Sindicato dos Delegados, também, acompanhou esse trabalho.

Eu, como Delegado de Polícia, Delegado Regional por 2 anos em Rondonópolis onde atendi 15 municípios, 21 delegacias, sei dos problemas de estrutura e falta de efetivo. Disso eu não preciso ficar nem falar aqui. Já foi bem falado pela Edleusa, Presidente do Sindicato de Investigadores.

Eu sei que em Tesouro só tem 1 escrivão e não tem nem investigador; sei que em Ponte Branca só tem 1 escrivão e 2 investigadores; eu sei que em São José do Povo só tem 1 investigador. Então, isso daí eu sei! Não adianta ficar batendo nessa tecla, mas como muito bem falaram os colegas Deputados, nós temos que trazer soluções urgentes, imediatas. Não temos somente que abordar o problema. O problema nós já sabemos qual é. O problema é a falta de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019, ÀS 9H.

concurso público para escrivão, para investigadores. Isso já tinha que ter ocorrido há 3 anos, 2 anos pelo tanto de investigador, escrivão, que se aposentou aqui, em Mato Grosso. Só na Regional de Rondonópolis mais de 30 investigadores se aposentaram em 3 anos e escrivães estão se aposentando no Mato Grosso todo.

Nós temos aqui alguns concursados que estão aguardando ser nomeados para Delegado de Polícia.

Estão aqui, ainda, ou não? (PAUSA) Estão ali! Temos ali 3 ou 4! Temos um cadastro de reserva com mais de 200 delegados aprovados no último concurso, mas até agora somente 15 foram nomeados e estão fazendo a Academia da Polícia. Eu tenho certeza que se esses mais de 200 delegados fossem nomeados, hoje, teriam trabalho em todas as delegacias do Estado de Mato Grosso. Talvez, até faltaria, porque esse estudo já vem há 2 anos ou mais. Hoje, temos mais delegados que se aposentaram no Estado.

Temos aqui, também, Agentes Prisionais que estão aguardando ser chamados. O sistema prisional, também, passa por um momento difícil por falta de efetivo no Estado. O Deputado João Batista é do Sistema Prisional, Agente Penitenciário e foi do Sindicato, também, e sabe mais do que eu disse.

Nós sabemos da dificuldade financeira do Estado, da calamidade financeira promulgada por 6 meses...(TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Concedo-lhe mais um minuto para concluir. Sr. Vice-Presidente da Comissão.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Nós sabemos da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas nós não podemos nos esquecer dessa população sofrida de Mato Grosso, que já sofre com a falta de saúde, com a educação precária, com o serviço público e que, agora, ficará sem as delegacias, sem atendimento nas delegacias. É claro que a Polícia Civil não tem como investigar com 1, com 2 ou com 3 investigadores, mas a Polícia Civil, também, faz um trabalho social importante, um trabalho de cidadania. Ela ouve a mulher que chega espancada; ela ouve uma criança que chega maltratada, que chega estuprada, que sofreu violência sexual; ela ouve o idoso que está sendo maltratado, sofrendo violência dentro de casa. Ela faz os encaminhamentos. Ela faz um trabalho social, também, e de cidadania importante.

Então, quero falar aos meus colegas Delegados que não estou aqui para jogar contra a instituição, para jogar contra a Secretaria de Segurança Pública. E está aqui o colega Delegado Wylton Massao representando o Secretário! Eu estou aqui para somar com a Secretaria de Segurança Pública, com o Governo do Estado, com a Polícia Judiciária Civil. Vamos encontrar soluções, vamos tirar esses investigadores que estão em cargos administrativos. Vamos ver uma solução para isso! Vamos trazer, então, investigadores e escrivães cedidos para outras instituições. Eu mesmo abro mão. Eu pedi um investigador que trabalhava comigo, que é de minha confiança, de Rondonópolis para vir trabalhar comigo. Eu fiz o pedido para cedê-lo para o meu gabinete, mas eu abro mão, também, não tem problema...(PALMAS)..., mas desde que todas as instituições devolvam os servidores da Polícia Civil para atuarem na sua atividade-fim.

Então, vamos ver quanto à realização de concurso urgente com o Governador do Estado. Isso eu farei nos próximos dias. Vou convidar a direção da Polícia Judiciária Civil para me acompanhar, vou convidar os Sindicatos dos Delegados, dos Escrivães e dos Investigadores para me

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

acompanharem nessa conversa, nessa reunião, com o Secretário de Segurança Pública, com o Governador do Estado... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Concedo mais um tempo para o Deputado concluir.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Se é para agora ou para daqui a 2, 3 meses, não interessa. Nós temos que dar uma solução. Se, agora, as delegacias serão fechadas por falta de estrutura, principalmente por falta de pessoal, temos que ter uma previsão de quando vamos resolver esse problema. Não podemos deixar, agora... Mesmo que abra um concurso publico, agora, só daqui a 2 anos que serão efetivados, depois de todas as etapas do concurso e da Academia de Polícia. Temos que ter uma previsão de quando essas delegacias serão reativadas novamente.

Então, temos que ir atrás de soluções. Abrir concurso para cargos administrativos na Polícia Judiciaria Civil, para que esses servidores que estão lá, investigadores, fazendo cargas administrativas na direção da Polícia Civil, venham, também, para sua atividade-fim, venham para investigar, para aprender.

Então, podemos trazer essa proposta... Nós, Deputados, temos que levar essa proposta ao Governador do Estado. O Estatuto da Polícia civil já prevê isso: cargos administrativos com salários bem mais baixos...(TEMPO ESGOTADO)...

(O SR. DEPUTADO DELEGADO CLAUDINEI CONTINUA FALANDO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. DELEGADO CLAUDINEI -...para poder, então, fazer esse concurso o mais rápido possível e trazer esse pessoal que está em trabalho burocrático para atuar na sua atividade-fim.

Algumas soluções nós temos que ter e juntamente com os municípios como a maioria dos municípios já vem fazendo em Mato Grosso, apoiando os trabalhos das delegacias. Eu acredito que, praticamente, 100 % dos prefeitos ajudam as delegacias nos municípios, os prefeitos, os vereadores e a sociedade também organizada. O que não pode acontecer é como aconteceu em Ipiranga do Norte: com a tratativa de 2015, o Prefeito foi à direção da Polícia Civil, à Secretaria de Segurança e combinou de a prefeitura construir a delegacia em Ipiranga do Norte com apoio da sociedade e uma usina. Isso foi em 2015! A delegacia foi entregue prontamente em 29 de março de 2018. Daqui há duas semana vai fazer um ano que a delegacia está pronta, e o Governo na gestão anterior não cumprir a sua promessa aos munícipes, aos cidadãos de Ipiranga do Norte, não fez a delegacia funcionar. O prédio está novo lá, vai fazer um ano, e não tem efetivo da polícia... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Para concluir, Deputado.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Só para concluir.

Eu vou deixar, passar em mãos ao Massao, isso aqui é de Ponte Branca, um abaixo-assinado com 456 assinaturas, mais de 10% da população assinaram esse abaixo-assinado, essa manifestação, direcionado ao Dr. Alexandre Bustamante, Secretário de Segurança.

Vou passar também o manifesto com mais de 400 assinaturas também, do Município de Carlinda, que me mandaram.

Uma observação importante, infelizmente, como o Deputado Elizeu Nascimento citou, algum político foi lá de ontem para hoje - nos chegou essa informação -, foi lá fazer um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

acordo, fazer alguma conversa, para que representantes de Carlinda não viessem a nossa Audiência Pública hoje, para enfraquecer a nossa Audiência Pública.

Mas não adianta. O documento de Carlinda está aqui... (PALMAS)

O documento de Carlinda está aqui, porque nós queríamos que eles vivessem também para se manifestar. Não é para fazer política, nem nada, queríamos representantes de Carlinda, que terá a delegacia desativada também.

Infelizmente o político foi lá e desmotivou, de alguma forma, o pessoal para vir na Audiência Pública. Mas não adianta.

Vou passar o documento aqui também para o Dr. Massao, representando o Secretário de Segurança.

Então é assim que funciona. A realidade é essa.

Às vezes olhamos estatísticas, números. É muito frio. Apesar de que Ponte Branca, com mais de 1.400 ocorrências policiais no ano, não é tão baixo o número, 140 inquéritos instaurados no ano, não é tão baixo assim.

Só quem foi em Ponte Branca, divisa com Goiás, que atende Araguainha também, que não tem delegacia, e tem que andar 100 quilômetros de estrada de terra para ir à delegacia mais próximo, que é em Alto Araguaia, sabe da situação da população que vai sofrer lá.

Não adianta olharmos só números. Temos que ir nos locais dessas cidades, dessas delegacias que vão ser fechadas, que vão ser desativadas e ver a realidade de localização de delegacia, de população, de estrada, de tudo, tudo que vai ser prejuízo para a população e iriam encontrar uma solução rápida para resolver o problema.

Nisso eu sou parceiro, junto com a Polícia Civil, com a Secretaria de Segurança: vamos correr juntos os municípios e tentar resolver esse problema.

Podem contar comigo.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Senhores, convidarei mais algumas pessoas.

Peço que, quando desligar o microfone, encerrem, para darmos oportunidade para uma maior quantidade de pessoas. Têm muitas pessoas inscritas. Dois minutos para cada orador da plateia, para que uma quantidade maior de pessoas falem, até por causa do prazo regimental de encerramento.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Valdir Zaran Andrade, morador da cidade de Jangada (PALMAS).

O SR. VALDIR ZARAN ANDRADE – Quero cumprimentar o Deputado Elizeu Nascimento, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da mesa.

Ontem tivemos uma audiência pública em Jangada um pouco acalorada, mas o nosso objetivo aqui é dizer que no nosso entendimento o governador agiu de cima para baixo, como se fosse castigo de Deus.

Ele não ouviu a voz dos municípios que serão vitimados diante do fechamento de suas delegacias.

Quero dizer que os municípios da Baixada Cuiabana indubitavelmente serão os municípios mais prejudicados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Quando se fortalece a estrutura policial nos grandes centros as cidades das baixadas se tornarão lugares de hospedagens de marginais, de traficantes, entre outros.

Por isso a Baixada Cuiabana não pode ser desprovida dessas delegacias, a exemplo de Nossa Senhora do Livramento, Acorizal e Jangada, três cidades que, com certeza, se tornarão cidades de hospedagem do crime organizado.

Quero aqui, Deputado Elizeu Nascimento, fazer um pedido à Mesa, que esse decreto não seja avaliado, não seja votado por este Parlamento até que se encontre uma medida, uma saída estratégica para o não fechamento das delegacias. (PALMAS)

O Ato governamental já foi assinado e é um Ato autoritário. Em nenhum momento do que se chama regime militar que aconteceu no País tivemos um ato tão violento contra o povo... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Um minuto para concluir.

O SR. VALDIR ZARAN ANDRADE – Obrigado.

Então, eu quero pedir que esta Casa de Leis se reserve ao direito de não votar esse Decreto até que o governador, junto com toda sua equipe, encontre uma saída estratégica para o não fechamento das Delegacias para a preservação da integridade física dos moradores desta cidade, porque a polícia, a segurança, é obrigação do Estado.

Muito obrigado! (PALMAS)

SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Convido a Vereadora Márcia Leite, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai.

A SRª MÁRCIA LEITE – Bom dia a todos!

Em nome do Deputado Elizeu Nascimento eu cumprimento a mesa, parabenizando-o pela iniciativa.

Quero cumprimentar os meus Pares que vieram a esta audiência pública que é muito importante para nós do Município de Alto Paraguai.

Fechará por questão de despesa. Lá nós temos sede própria, o município banca um funcionário, aliás, dois que são da limpeza e outro funcionário e não é justo que fechem a delegacia porque temos distritos longe, como Capão Verde, Tira Sentido, Água Santa, há mais de 70km, com estrada péssima, como todos vocês sabem a situação nesse período das estradas.

Simplemmente eles chegam a Alto Paraguai para fazer um BO contra a ENERGISA.

É justo ir para Diamantino, chegar cansado e a delegacia fechada? Não é justo!

Então, oferecemos essa parceria, o município, em nome da Prefeita, tenho certeza, ela não está aqui, mas estou falando em nome dela e tenho certeza que do que depender do município, o município bancará para o não fechamento da delegacia de Alto Paraguai. (PALMAS)

Em confio em vocês, confio.

Estive com o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho, que se propôs a nos ajudar no que for preciso.

Eu quero agradecer a todos vocês pelo empenho. Muito obrigada! Que Deus abençoe e ilumine a todos nós para que haja uma solução e o não fechamento das delegacias. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Com a palavra, o Sr. Diogo Pereira, Vereador de Bom Jesus do Araguaia. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

O SR. DIOGO PEREIRA – Bom dia a todos os presentes!

Em nome do Deputado Dr. Eugênio, eu cumprimento toda Mesa, Deputado do Araguaia; em nome do Vereador Antônio Miranda, cumprimento todos os Vereadores e autoridades presentes.

Hoje, eu venho aqui falar de Bom Jesus do Araguaia.

Ouvindo o que falou a Sr^a Edleusa, do Sindicato dos Agentes, são meio controversas as palavras dela.

Bom Jesus do Araguaia, hoje, tem 04 investigadores e 01 escrivão no Município. Em Bom Jesus do Araguaia, no ano passado, houve 644 boletins de ocorrências, uma média de 54 boletins diários. Ou seja, serão 54 viagens a 150 quilômetros que terá que ir a viatura diariamente levar bandidos para fazer boletim de ocorrência.

Nesses últimos 03 meses, tivemos em Bom Jesus do Araguaia 163 boletins de ocorrência, além dos 04 investigadores de Bom Jesus do Araguaia e além do escrivão que lá tem, o Município arca com uma servidora que ajuda a escrivã nos seus boletins, o Município arca com a limpeza do prédio da Civil e da PM também, um empresário local paga a internet da delegacia hoje.

Então, uma delegacia que hoje abrange Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada. Eu, infelizmente, não tenho os números de Luciara e de Novo Santo Antônio.

Assim como disse o Vereador hoje no começo, eu fico triste hoje, depois de 35 anos de idade, de vê o Ministério Público não fazer o seu papel, que é defender o povo. Está defendendo o Governo, isso é muito triste.

Em Bom Jesus do Araguaia, os 09 Vereadores e o Prefeito apoiamos o Governador Mauro Mendes, hoje eu me arrependo disso. Eu me arrependo muito; porque, nos seus primeiros meses de Governo, já está agindo contra a população que mais precisa de proteção.

O Araguaia é a região de Mato Grosso que mais tem roubo de gado, é a região do Araguaia. E, graças a Deus, quando teve esses 04 investigadores em Bom Jesus do Araguaia, diminuiu bastante o roubo de gado no Município. Bom Jesus do Araguaia tem uma cultura que é muito a ferro e fogo.

Infelizmente, com a ausência desse efetivo em Bom Jesus do Araguaia, voltará novamente a era do banguê-banguê. Lá tivemos uns prefeitos que foram assassinados, temos muita gente assassinada, temos muito roubo de gado e o tráfico de drogas muito grande no Município. E uma cidade como Luciara e Novo Santo Antônio, que têm apenas um efetivo, esse efetivo inibe bastante o crime na cidade e traz a sensação de segurança.

Então, Sr. Delegado que está representando o Secretário de Segurança, eu peço, em nome da população de Bom Jesus do Araguaia e de todo o Estado de Mato Grosso, por favor, não deixe que o Governo faça esse ato desumano e covarde conosco.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Gostaria de convidar o Dr. Mário Dermeval para fazer uso da palavra por 05 minutos, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso.

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE – Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar a todos os Parlamentares, policiais e cidadãos aqui presentes.

O assunto é controverso, o assunto é complexo, todos nós sabemos das dificuldades dos Municípios, eu trabalhei por 16 anos, estou há 16 anos na Polícia Civil como

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Delegado. Desses 16, 11 anos foram no interior, 07 anos na fronteira com a Bolívia. Cheguei a responder sozinho, por mais de 01 ano, por 11 Municípios. Eu sei de tudo isso, de toda a preocupação que os senhores têm procurado passar aqui.

Hoje, nós estamos fazendo gestão de uma instituição sofrida que possui 3.200 policiais civis, dentre delegados, escrivães e investigadores, e que tem um efetivo que, em relação a 2003 para 2019 “per capitamente”, baixou. O Estado se desenvolveu, hoje nós até temos mais policiais que em 2003, mas nós não temos “per capitamente” o mesmo número.

Quando eu fui trabalhar em Alta Floresta, no início dos anos 2000, Nova Mutum era uma cidade pequena; Lucas do Rio Verde era uma cidade pequena. Hoje, Lucas do Rio Verde é uma cidade grande e continua com um delegado de polícia. Então, é extremamente complicado. Nós sabemos muito bem as dificuldades da sociedade.

Eu vou procurar pontuar aqui tecnicamente, explicar os motivos pelos quais a Polícia Civil desenvolveu esse estudo. Primeiramente, deixar claro, esse estudo não se refere a fechamento como todo mundo falou aqui até agora, é suspensão, porque as delegacias são criadas em lei.

Segundo ponto, na realidade, a provocação desse trabalho foi feito por meio de um estudo técnico desenvolvido em fevereiro de 2018 até o final do ano passado, em que se trabalhou a propositura do fechamento dessas unidades e essas unidades acabaram sendo tecnicamente escolhidas, elencadas por conta de demanda, população e produtividade. Todos os Municípios têm suas nuances, têm suas peculiaridades; mas, a princípio, foi isso.

Hoje, nós temos um efetivo então, como eu já disse, 15% menor, “per capitamente” falando, que em 2003, então os policiais naquela época estavam com um efetivo bem mais interessante do que hoje “per capitamente” falando, que fique claro: a Polícia Civil está em prejuízo.

Já são 06 anos sem concurso público para investigador e escrivão, 06 anos, último concurso foi em 2013. “Mas, por que não fez o concurso público?”. A Polícia Civil em 2016 documentou a necessidade com o estudo técnico para o Governo do Estado, não houve concurso público. “Porque que não houve concurso público?”. Opção do Estado, da gestão do Estado naquela ocasião.

Nós, no nosso estudo, dispusemos um prognóstico de aposentadorias que, naquela época, era muito menos pesado do que o de hoje. Nós teremos, em 02 anos, cerca de 200 policiais civis aposentados, 200! A Regional de Rondonópolis tem 240 policiais na regional inteira.

Então, se todos que tiverem que se aposentar, efetivamente, se aposentarem, e a reforma da Previdência está aí, dificilmente os que têm tempo vão ficar, nós teremos um esvaziamento equivalente a uma Regional inteira de Rondonópolis.

Eu vou pontuar todas essas informações para depois eu fechar.

Nós temos hoje delegacias com 01, 02, 03 servidores que estão nessa lista de suspensão de atividade... Nós sofremos ações civis públicas, dessas 16 unidades, em 06 unidades em que o Ministério Público... Sob pena de o gestor ser responsabilizado de lotar o número mínimo de policiais, que é maior do que o que eu vou dizer agora... O número mínimo de policiais para uma delegacia ter um mínimo de funcionamento, para ela funcionar com uma precariedade... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Mais 01 minuto para concluir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTES ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE – Deputado,
desculpe, eu acho...

O SR. ULYSSES MORAES – Eu vou pedir para cumprir o Regimento Interno e
dar dez minutos para o convidado explicar...

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE – Eu fui convidado
como Delegado-Geral da Polícia Civil...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Concedo mais cinco minutos.

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE – Cinco minutos.
Então, está bom!

Sinceramente, eu acho que falaram muito mais. Eu acho que quem tem que prestar
informação aqui também democraticamente sou eu, como Delegado- Geral da Polícia Civil...
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Sr. Delegado, o prazo
regimental é de dez minutos.

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE - Todos falaram só
isso ou alguém falou por mais tempo?

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - O prazo regimental de Vossa
Excelência é de dez minutos...

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE - ok!

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Vamos cumprir os dez
minutos.

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE - Muito obrigado.

Então, nós sofremos ações civis públicas, hoje, que nos obrigam a lotar um efetivo
que nós não temos para lotar, e que nós acabamos sendo responsabilizados judicialmente e
administrativamente, correndo o risco de responder por improbidade administrativa, de o gestor ir
embora, ser mandado embora, ser colocado na rua, por não ter colocado a lotação adequada naqueles
municípios. Nós temos sofrido isso.

Nós temos diversos documentos do Sindicato dos Investigadores, Escrivães e
Delegados, exigindo a lotação de gente. E se nós não cumprirmos, podemos ser responsabilizados
também. Ou seja, nós somos encostados na parede. Nós aguardávamos que o Governo fizesse o
concurso público. Não foi feito. As aposentadorias estão vindo. O que é que vai acontecer agora?
Onde é que nós vamos inventar policiais? Aí eu escutei muita gente dizer que o Governo, eu não sou
defensor do Governo, não sou político, eu sou técnico, muita gente dizendo que nós precisávamos...
Aliás, o Governo estaria agindo no intuito de economizar, de cortar gastos. Não é nada disso!
Simplesmente, eu não tenho policial mais para manter na cidade! As aposentadorias estão vindo em
massa e as delegacias terão suspensas as suas atividades. Ou vamos fechar uma DERF aqui em
Cuiabá e mandar o pessoal para lá, porque o efetivo vai minguar? Para a característica da Polícia
Civil, o policial civil investiga, ele faz o inquérito. É diferente da Polícia Militar, que faz o
policciamento ostensivo.

Hoje, unidades com um ou dois servidores que trabalham 24 horas por dia, durante
os sete dias da semana, o que bem disse o sindicato, é totalmente ilegal, nós acabamos em uma
situação até inexplicável, porque “trabalhistamente” falando, se esse policial quiser partir para cima
do Estado, o Estado é responsabilizado, porque está totalmente fora do disposto em lei. “Não, mas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

ele tem a sua função social lá”. Até teria, mas a função de investigador de polícia, do delegado e do escrivão é investigar. E o que é que ele faz? Toma conta de prédio! Ele não investiga. Infelizmente, o efetivo mínimo, hoje, nas unidades pequenas do Estado, nessas pequenas cidades, é de quatro investigadores, um escrivão e um delegado de polícia. Para que isso acontecesse, nós deveríamos ter no mínimo 200 delegados nomeados e 1.200 policiais civis em concurso público aprovados. Se hoje o Governo do Estado decidir fazer o concurso público, só vão tomar posse em 2021, por conta da burocracia.

Então, a nossa argumentação é eminentemente técnica, ela não é política, eu não posso pensar como muitos têm se manifestado, até porque estou do lado da gestão. E nós não fomos absolutos em nosso estudo, fizemos o estudo, apresentamos à Secretaria, e lá existe, que fique claro, uma proposta de suspensão dos trabalhos, proposta, ninguém sacramentou, não houve autoritarismo nisso, o assunto está sendo discutido democraticamente aqui.

Então, na minha concepção, eu acho que esta Audiência Pública é extremante justa e oportuna, e o que se busca com isso tudo é justamente a discussão, a solução, como bem disse o Deputado Delegado Claudinei, acho que o caminho é esse.

Então, se nós pudermos fazer com que esse entendimento, todas essas ideias captadas aqui cheguem ao Secretário e ao Governador, talvez eles os escutem. Agora, o que não é possível hoje é manter uma unidade sem o policial lá dentro, como é que vou manter uma unidade aberta? “Não, tira da cidade do lado”, então, vamos fechar Confresa, ou vamos fechar Vila Rica e manter os policiais nas cidades pequenas? Vamos ter que optar, como bem disse o Ministério Público, o cobertor é curto.

Então, se uma cidade que hoje tem poucos policiais, e outra que tem um, as aposentadorias vêm, você é obrigado a fazer remanejamento de gente, e que fique claro: policial civil não é policial civil da cidade, ele é policial civil do Estado e a administração acaba, infelizmente, tendo que tomar as providências. Agora, concordo com todo cidadão aqui, sou do interior, a vida toda pleiteei por melhor estrutura, sempre busquei e briguei para manter os efetivos fortes, principalmente em região de fronteira. E nós não temos alternativa que não essa neste momento, de propor à Secretaria essa suspensão, não há nada absoluto, não há nada sacramentado, não há nada que não seja passivo, através de uma boa conversa ou mudança. Agora, que fique claro, não adianta neste momento as prefeituras que sempre foram parceiras nos cederem...

O SR. ULYSSES MORAES - Deputado, eu vou pedir para dar mais tempo para ele, afinal...

(O SR. DEPUTADO JOÃO BATISTA ASSUME A PRESIDÊNCIA, ÀS 11H32MIN.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO BATISTA) - Só um pouquinho, Deputado, faz favor. O Presidente da mesa, Deputado Elizeu Nascimento, se assentou para dar entrevista, pediu para continuarmos aqui.

Eu pergunto, quantos minutos, mais ou menos, Diretor, para o senhor concluir?...

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE - Estou fechando...

(O DEPUTADO ULYSSES MOARES SE MANIFESTA, QUESTIONANDO O TEMPO PARA O ORADOR CONTINUAR A SUA FALA.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO BATISTA) - Sim, sim... vai dar. Calma! Vai conceder o tempo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Devido à questão do adiantado da hora, eu particularmente gostaria que o senhor fizesse duas horas, até porque suas informações vão poder alimentar essas lideranças do interior, que estão presentes, com informações, mas para concluir, fique à vontade.

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE - Prosseguindo, desculpe estar tomando tempo, mas eu acho que a questão é técnica e me cabe, então, argumentar, não é?

Essa decisão não foi tomada ao deus-dará, não pensem que nós estamos felizes aqui propondo uma situação dessas, a situação é inevitável.

Não existe uma solução? Existe. Qual é? Concurso público. O que tem que se fazer? Nomear policiais. Para se nomear policiais, quanto tempo demora? Hoje, se nós formos iniciar um concurso, dois anos até o policial, efetivamente, estar no seu posto de trabalho. Ah, mas por que isso não foi feito antes? Como já disse, em 2016, foi protocolado, não houve interesse do Governo do Estado, agora a bomba estourou no colo da atual administração e alguma coisa tem que ser feita. Esse é o principal propósito.

Só para ficar claro, já existem trinta municípios em Mato Grosso que não têm delegacia de polícia e seriam mais dezesseis; esses dezesseis permaneceriam tendo as delegacias, e assim que houvesse disponibilização, através de concurso público, haveria a reativação das unidades; mas finalizando...

Que fique claro, a Polícia Civil não está fechando, a Polícia Civil apresentou um estudo técnico a ser analisado pela Secretaria de Segurança Pública, para que neste momento nós arrumemos uma solução para que a Polícia Civil continue caminhando, com o mínimo necessário. Então, coadunando as falas dos sindicalistas que aqui estiveram, eu estou do lado da gestão, mas não tenho como deixar de ser transparente neste momento.

O problema da suspensão das unidades, hoje, chama-se, exclusivamente: efetivo.

É só isso, gente. Bom dia! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO BATISTA) - Agradeço suas explicações, Diretor Dr. Mário Dermeval.

Convido para fazer a fala, o próximo inscrito, Sr. Adair José da Silva, Vereador de Nova Lacerda... Já foi? Então já foi! O próximo seria, na verdade, tem o Emídio de Souza, e em seguida, eu farei a minha fala, mas... O Sr. Emídio saiu também? Vamos pular o João Batista... (RISOS)... Ah, é João Batista da Rocha. Eu estou vendo meu nome que está inscrito também. Por favor, João Batista da Rocha. (RISOS)

Sr. João Batista, irei pedir que mantenhamos os três minutinhos por causa da questão do horário. Tá bom? Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA DA ROCHA – Bom dia a todos!

Cumprimento à mesa na pessoa do Deputado, meu xará, o João Batista, cumprimento o restante da mesa; a todos os presentes, o meu bom dia. Irei iniciar aqui o meu tempo.

Vejam bem, todos que me antecederam aqui defendendo a questão da população, eu não poderia voltar a repetir porque seria incoerente. Mas, aqueles que defenderam o interesse de categorias e defenderam os interesses do governo, tem aqui a minha repulsa. Afinal, se eu fosse usar o meu direito constitucional e até o ordenamento jurídico por meio do Código do Processo Penal, eu daria voz de prisão para muitos por prevaricarem, por violarem o art. 319, do Código Penal, omissão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Vamos aqui, com todo respeito a representante do sindicato que fez os estudos, eu já fiz mais de 30 regularizações, estou até com uma aqui de uma associação, são mais de 30 associações. Toda associação fala que ela deve defender juridicamente os seus filiados e tem na prerrogativa, sim, entrar, fazer as ações contra e não apenas apresentar estudos, fazer contra de quem de direito e não apenas fazer estudos, senhores. Fez estudo, beleza. Mas, isso não é fundamentado juridicamente para que ela tome decisões contra quem de direito.

Aí partindo, já que ela é funcionária pública efetiva, eu irei partir para a questão do delegado que esteve aqui representando. Ele fez concurso para delegado e não para diretor, se ele é diretor, ele faz parte da administração pública, foi nomeado pelo Governador, é uma questão pessoal, um cargo comissionado. Então, que ele faça encaminhamento ao Governador, que ele não seja responsabilizado, mas sim, o Governador.

Agora irei partir para o Governador, que foi eleito para representar a população. Lamentavelmente, a população foi enganada, foi um estelionato eleitoral.

Por que é que o Ministério Público, agora irei falar do Ministério Público. Por que é que o Ministério Público não aciona? Ele está prevaricando também. Ele não tem que fazer acordos com os Poderes, não, a independência dele depende do decreto jurídico. Ele tem que mandar prender. Por que eles não mandam prender esses que estão roubando a população na saúde, na educação? Está pontuada uma operação aqui, outra ali... Ora, eu já fiz mais de trinta denúncias no Ministério Público e ele manda arquivar tudo! Vocês acham que eu sou otário de fazer uma denúncia contra agentes públicos e privados sem prova? E por que eles mandam arquivar? E vem aqui falar que estão fazendo acordo com o Governador. Manda prender esse Governador! Ele está prevaricando. Ele prevarica com os incentivos fiscais para um monte de empresas, inclusive, a dele. Ele prevarica... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO BATISTA) – Um minuto para concluir, por favor, Sr. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA DA ROCHA – Ele prevarica com a questão da sonegação fiscal. Tem uma série de crimes declarados nesse microfone por quem me antecedeu, inclusive, do Governador que não está aqui presente. Gente basta de hipocrisia! Largam de ser hipócritas. Hoje eu entendo o que Jesus Cristo falava quando chamava os governadores da época de hipócritas. A lei fala uma coisa e eles fazem outra...

Então, senhores, eu peço aos senhores: não batam palmas para quem vem aqui defender os interesses deles. Batam palmas a quem defende os interesses de vocês, da população, senhores Vereadores, o pessoal do interior e da capital que estão aqui representando a população. Batam palmas para quem está aqui representando vocês e não interesse pessoal... (TEMPO ESGOTADO)... (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO BATISTA) – Sr. João Batista, eu peço que encerre mesmo pelo adiantado da hora... Obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA DA ROCHA – Já está encerrado! Então, encerrando, eu gostaria de fazer o encaminhamento. Eu vou fazer vários encaminhamentos à mesa, por escrito, até porque, Deputado, aquela questão de levantar a questão da PEC ao Deputado Elizeu Nascimento, eu gostaria de colocar o seguinte na PEC: não é, poderão fazer... Não! Nos repasses elencados... Deverão, viu Deputado! Deputado é uma questão de ordem! Gostaria que Vossa Excelência ouvisse o que eu estou falando...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

(O DEPUTADO JOÃO BATISTA DIALOGA FORA DO MICROFONE COM A MESA)

O SR. JOÃO BATISTA DA ROCHA- Nessa PEC, o Poder Executivo não deverá nas emendas impositivas, não... Deverão! Eu já tive problemas no judiciário com essa palavrinha que é facultativa. Pode se quiser... não! Deverão, é poder, dever do Estado... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (JOÃO BATISTA) – Vou encerrar por aqui, Sr. João Batista e agradeço pela sua participação.

Concordo também com a sua colocação, vou conversar com o Deputado Elizeu Nascimento, para que possamos fazer alteração no Projeto de Lei.

Concluindo, agradeço... Quero chamar... fazer uma inversão porque tem várias entrevistas que serão concedidas a pouco, vou aguardar o Deputado Elizeu Nascimento retornar e farei a minha fala bem breve. Isso na verdade quem mais tem que falar hoje são os representantes da Polícia Judiciária Civil e os representantes das comunidades, principalmente, o pessoal do interior, dos municípios que precisam fazer os contrapontos.

Eu vou chamar rapidamente, Deputado Elizeu Nascimento, já que Vossa Excelência está retornando, eu acredito que farei a minha fala rapidamente, e o Vice-Presidente do Sindicato dos Investigadores da Polícia Civil... o Gláucio, pedi para fazer a inversão rapidinho, porque ele tem uma entrevista. Eu posso fazer a minha fala então.

Só frisando, eu vou ser bem breve.

Como já falei, na verdade, achei muito boa a fala do Deputado Delegado Claudinei, ele tem bastante prioridade, sim, por ser delegado de polícia e conhecer bastante a Polícia Judiciária Civil em praticamente todos os municípios do Estado de Mato Grosso, pelo menos aqueles que têm delegacias, então, foi importante a fala dele.

No meu caso, eu acredito que não vou contribuir tanto, porque não tenho tanta experiência dentro da Polícia Civil, no entanto, como liderança sindical, eu devo dizer que tenho preocupação, sim, com as condições de trabalho dos profissionais que estão ali naqueles municípios.

Por outro lado, tenho uma proposta, inclusive, conversei com o Deputado Delegado Claudinei agora há pouco, que é a questão de fazermos uma parceria entre a Polícia Judiciária Civil e a Polícia Militar naqueles municípios até porque nós temos a informação de que alguns profissionais, que estão naqueles municípios do interior, não têm interesse de deslocar, porque estão com suas famílias estruturadas, estão com os filhos na escola, têm a sua vida já construída naquele município.

Então, eu tenho muito respeito pela atual cúpula da Polícia Civil no Estado de Mato Grosso. Foi citado agora há pouco o Dr. Valfrido, pessoa que eu não tenho amizade de frequentar a casa dele, mas acompanho o trabalho há bastante tempo, sei da competência, principalmente, administrativa para fazer esse planejamento. É um planejamento estratégico, nós entendemos, mas eu tenho muito preocupação em relação a essas ações.

Eu, como representante, enquanto sindicalista na época do Sistema Penitenciário, estou com concurso em andamento para convocação de agentes penitenciários, que agora com esse fechamento das delegacias, nos traz muito preocupação. Nós temos cadeias no Estado de Mato Grosso com 2 agentes penitenciários para cuidar de 100 presos, para fazer escoltas dessas pessoas para as audiências, para condução deles para o cumprimento do seu processo, para as audiências, seja para onde for, e como só um agente leva o preso e o outro cuida de 100 presos naquelas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

cadeias? A razão pela qual pagamos impostos é para ter serviço público prestado, e nós temos essa preocupação. Porque reduzimos a prestação de serviço público à sociedade, mas eu acho que é obrigação de nós, Parlamentares aqui, atendermos as demandas dessas lideranças, principalmente do interior do Estado, e discutirmos com a cúpula da Polícia Judiciária Civil, com o Governo do Estado para que não haja esse prejuízo. Eu respeito o trabalho da direção, da diretoria da Polícia Civil, respeito a vontade dos profissionais e a nossa segurança enquanto profissional é operador da segurança pública, mas também tenho muito cuidado com relação às condições e a necessidade da população de garantir segurança pública, principalmente. A segurança pública preventiva ela não só se faz com o policiamento ostensivo, não. Quando há um trabalho administrativo bom, também, há a diminuição do cometimento de crime.

Eu terei que sair rapidamente, porque tenho uma entrevista a ser concedida, agora.
Parabenizo o Deputado Elizeu Nascimento!

Nem cumprimentei do dispositivo de honra, porque do avançar das horas, da correria que estamos aqui, mas estejam todos cumprimentados não só o dispositivo quanto os presentes.

E agradeço imensamente, principalmente a vocês, que são lideranças do interior do Estado, por trazerem essa preocupação para nós, na Assembleia Legislativa.

Obrigado e parabéns, Deputado Elizeu Nascimento pela Audiência Pública!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Convido, agora, para fazer o uso da palavra, o Sr. Antônio Miranda, Vereador de São Félix do Araguaia e Presidente da União dos Vereadores do Norte do Araguaia/Xingu. (PALMAS)

O SR. ANTÔNIO MIRANDA – Bom dia a todos!

Cumprimento o Deputado Elizeu Nascimento e parabenizo por este evento, por esta Audiência Pública, pelo adiantar da hora em seu nome cumprimento a todos.

Estou aqui em nome do Araguaia, da minha região, como Presidente da União de Vereadores do Norte Araguaia e Xingu que compreende 14 municípios e 140 vereadores.

Estou aqui para falar de um Araguaia não só de belas praias, de pescas, da nossa natureza exuberante. Estou aqui para falar de um Araguaia desassistido de saúde, de educação, de estradas e, agora, pelo o que se avizinha, ficará desassistido de segurança pública que é um dever do Estado e um direito do cidadão.

Na verdade, já estamos há dias, já estivemos nos Poderes, estivemos com o Secretário-Chefe da Casa Civil na busca do diálogo, porque entendíamos e entendemos que esse estudo técnico tão propalado pelo *staff* da Segurança Pública deste Estado feito de forma unilateral, sem conhecer a realidade e sem discutir com os municípios para saber as suas especificidades, o seu contexto, o que, realmente, passa a nossa população. E eu vi que ainda mais mudou o discurso. Antes se falava no fechamento de delegacias e, agora, fala-se na suspensão dos trabalhos. Eu me pergunto:

nós temos que pedir ao crime organizado; nós temos que pedir à bandidagem; nós temos que pedir os delinquentes que suspendam as suas atividades até que o Estado se organize para conceder o direito ao cidadão? (PALMAS)

Então, não podemos esperar, mas apostamos em um Governo que teria a capacidade de resolver os problemas desse Estado. Foi nesse Governo que nós votamos e ele precisa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

com responsabilidade, com diálogo, resolver os problemas, porque da maneira que estamos verificando, pela forma imposta como foi colocado, só acarretará mais problemas a nossa região que é uma região já tão esquecida como falou o Deputado.

E tem mais uma situação: é esquecida, também, por esta Casa, porque se verificar a LOA 2019, Vereador Diogo...(TRMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Concedo-lhe mais um minuto para concluir.

O SR. ANTÔNIO MIRANDA – Muito obrigado Deputado!

...a nossa região figurou com zero em investimentos, a região do Araguaia.

Eu conclamo aqui os nossos representantes que verifiquem essa situação, porque para o Araguaia ficou zero em investimentos. (PALMAS)

Então, quero aqui conclamar as autoridades que abram para o diálogo para resolvermos esse problema de Novo Santo Antônio, de Luciara e de Bom Jesus do Araguaia. Estamos aqui falando de uma cidade como Novo Santo Antônio que já teve um atentado de um prefeito, já teve o assassinato de outro prefeito, que é um corredor de fuga, porque lá está o Parque Nacional do Araguaia que dá vazão ao Estado de Goiás.

Então, nós precisamos...

Mais uma vez, reafirmo aqui que nós apostamos em um Governo com capacidade de resolver os problemas do cidadão e não para vir aqui passar uma situação de omissão. E nós precisamos no...(TEMPO ESGOTADO - PALMAS)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Convido, agora, o Sr. Davi Padilha, Presidente do Sindicato dos Escrivães, para fazer uso da palavra. (PALMAS)

O SR. DAVI PADILHA NOGUEIRA – Senhores, bom dia!

É quase boa tarde!

Sou Presidente do Sindicato dos Escrivães e estou aqui para defender o posicionamento da minha categoria.

Em Mato Grosso temos, aproximadamente, 170 delegacias, 176 para ser mais exato. Dessas 170 30% só têm um escrivão lotado. Então, vocês verificam que o problema é muito maior do que está sendo apresentado. Por quê? O escrivão quando trabalha sozinho na delegacia ele trabalha 24 horas e sete dias por semana. “Ah, mas a delegacia não fica aberta 24 horas.” *O.K!* Ele fica à disposição! É o tipo de servidor que pode retornar à delegacia, para os trabalhos a qualquer momento, independentemente de ser final de semana, de ser madrugada. Não interessa! Se ele for acionado, é obrigado a estar na delegacia e atender a ocorrência.

Então, a nossa preocupação é com o bem-estar, com a qualidade de vida desse policial que lá está trabalhando servindo a população, porque nesse ritmo de trabalho não demorará muito tempo para esse policial ficar doente. E quando esse policial, em decorrência do estresse pelo qual ele passa e da sobrecarga de trabalho... Vejam bem, sobrecarga de trabalho que eu estou falando aqui não é estresse de serviço, porque, muitas vezes, ele fica ocioso. Mas em decorrência dessa carga de trabalho ele acaba ficando doente e, algumas vezes, vem a acometer atos reprováveis. E a população, infelizmente, nesse momento, é a primeira a condenar esse policial. Cabe a nós, sindicatos, defender a situação desse policial, porque é humanamente impossível um policial ficar à disposição do trabalho 24 horas por dia, 7 dias por semana.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Então, enquanto houver uma delegacia no Estado ou onde tiver, apenas, 1 escrivão lotado, o Sindicato dos Escrivães é favorável à inviabilidade dessa delegacia. É a solução ideal que está sendo apresentada? Não, mas eu não vi no momento, nas horas que estamos aqui debatendo, nenhuma outra solução, porque a solução correta é o concurso público.

Nós já estamos cobrando do Governo há vários anos essa questão do concurso público. Hoje, eu vi o Deputado falando que, emergencialmente, se deveria contratar 200 policiais. Isso não serve para nada! Só de escrivão, no mínimo, tem que contratar, hoje, para suprir, o mínimo da demanda, 600 escrivães, fora investigadores e delegados.

Então, é um *déficit* muito grande para que, de repente, queiramos que esse policial assumira toda essa responsabilidade, essa carga de responsabilidade. Ele não tem lazer, não pode ter lazer. Normalmente, nessas pequenas delegacias, pequenas cidades, não têm uma estrutura de lazer. Então, se esse policial quer se desestressar em decorrência de uma semana excessiva de trabalho, ele vai lá para a área rural ou para uma pescaria... Ele não pode, porque nessa área rural não pega telefone. Então, ele tem que ficar à disposição da delegacia da cidade. Nós temos casos de colegas que se tornaram alcólatras em decorrência de que a única atividade recreativa que tinha na cidade era bar.

É nisso que temos que pensar. Não estamos pensando só na questão da população. Estamos pensando no policial, no bem estar do policial, na saúde do policial.

É isso que peço a vocês também, pensem nisso.

Será que esse policial está em condições de atender a população em decorrência dessa situação que ele está vivendo?

Isso tem que ser levado em conta também. Não é só a questão de estrutura, não é só questão de um prédio bonito. Não é isso. É o policial ali sozinho, lotado naquela delegacia. Ele não dá conta do serviço.

Infelizmente o escrivão de polícia, ou felizmente, não sei, é o profissional essencial, indispensável na delegacia. A delegacia só funcionar se tiver pelo menos um escrivão.

Como eu falei, 30% das delegacias têm apenas um escrivão lotado, ou seja, não tem delegado que trabalha junto com ele, o delegado está em outra delegacia.

Agora, tira o escrivão, para vê como é que faz? Fecha a delegacia. Vira um posto de atendimento de BO.

Registrar BO não é atividade fim da Polícia Civil. Não adianta registrar o BO e aquilo ficar arquivado sem ter uma investigação do crime.

Então, se não temos o efetivo suficiente para atender a necessidade à atividade da Polícia civil, que é investigativa, estamos falhando, estamos falhando enquanto sociedade, estamos nos iludindo que tem segurança pública ali.

Então, precisamos nos reorganizar.

Cabe essa mesma pressão que está sendo feita aqui, cobrar o Governador. Concurso urgente. Concurso para a Segurança Pública é urgente. É para ontem, para daqui a dois ou três anos surta o efeito, porque esse concurso é muito burocrático, tem diversos recursos que os candidatos entram e acaba atrapalhando o andamento do concurso.

Então, o que eu estou aqui principalmente pedindo é isso, pensam também no policial. É muito simples cobrar que a população seja assistida. Mas será que a população está vendo também o lado do policial que está lá lotado?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTES ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Ele tem toda a responsabilidade de manter a ordem na cidade. Mas será que ele tem condições de fazer isso? Ele não tem lazer.

Pensem vocês que um policial desses no dia do seu aniversário pode tomar uma cervejinha para comemorar? Não pode. Ele tem que estar à disposição para atender qualquer ocorrência.

Então, é isso que o sindicato, queira alguns ou não, defendem.

Nós defendemos a nossa classe.

Eu tenho que ver a realidade da minha classe e expor a vocês.

Às vezes falamos sindicato e o pessoal já fecham a cara.

Besteira. Estamos juntos. Somos sociedade e estamos sofrendo a falta, a deficiência da Segurança Pública juntos.

Não somos inimigos... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Para conclui.

O SR. DAVI PADILHA NOGUEIRA - Já estive em delegacias...

Existe uma grande confusão da atividade fim da Polícia Civil e da atividade fim da Polícia Militar.

Polícia Civil não é ostensiva.

Então, eu já cansei de chegar a cidades do interior e, por desconhecer o local da delegacia, pergunto à população onde é a delegacia e ela nos encaminha para um posto da PM. A população confunde isso, a função de cada um .Ok!

Muito obrigado. Era o que eu gostaria de ter passado para vocês.

Um abraço. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Gostaria de convidar para fazer o uso da fala o Sr. Waldir Caldas, Presidente da Comissão de Direito Carcerário da OAB. (PALMAS)

Dois minutos.

O SR. WALDIR CALDAS RODRIGUES – Bom dia.

Sem delongas, não é?

Inicialmente, Sr. Presidente, uma questão de ordem. Penso que aquele prazo regulamentar deve ser observado também pelos senhores Deputados e na condição de anfitriões deveriam dedicar o maior tempo possível a nós sociedade civil e às pessoas que se deslocaram para vir participar. Fica essa observação.

O que constatamos aqui, uma leitura bem isenta da situação, é que não é desejo da polícia civil que essas delegacias sejam fechadas. Não é desejo da polícia civil. Politicamente não é recomendado para o Governo do Estado também. O prejuízo vai ser irreparável, politicamente para o Governador.

Não tem efetivo e a previsão disso se acentuar é outra realidade. O problema vai se agravar dentro de um a dois anos. As categorias representadas sabem disso. Vamos entrar em colapso daqui a dois anos na Polícia civil em razão também daquelas aposentadorias que aqui já foram declaradas e imprevisibilidade de novos concursos. Não se fala nisso. E ainda que fizesse, teríamos dois anos para efetivamente os policiais entrarem em atividade.

Acumulo de carga horária dos policiais para suas atividades fins. A Edileusa e o Davi trouxeram isso em uma clareza incomum para nós. Não tem como se negar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Não se pode exigir desses policiais o sacrifício maior do que aquele que estão fazendo no momento.

Temos visitado, andamos o Estado todo também e é, gente... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Um minuto para concluir.

O SR. VALDIR CALDAS RODRIGUES – Impiedosa a condição dos policiais. É impiedoso o que vemos no interior do Estado.

E temos outro problema, não é só Polícia Civil, vão fechar Comarcas também, provavelmente.

E mais, meu amigo João Batista, que estava aqui, o Joãozinho, nosso Deputado, provavelmente unidades prisionais.

Então, o caos está instalado no Estado.

E qual a razão disso? Falta de caixa. Falta de dinheiro.

Como é que se soluciona problema financeiro? De duas maneiras: ou você aumenta receita, e aqui é inegável a contribuição que trouxe uma das pessoas que aqui estiveram, temos que rever, Deputado, as desonerações fiscais deste Estado, que só isso poderia trazer para os cofres públicos bilhões de reais, mais critérios nessa situação.

Outra coisa que também poderia ser observada por esta Casa Legislativa, o exemplo que está ali do Deputado Ulysses Moraes... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Mais um minuto, para concluir.

O SR. VALDIR CALDAS RODRIGUES – Sim, senhor.

Algumas ideias foram trazidas muito bem, como aquela de se utilizar servidores administrativos.

As Forças Armadas utiliza isso largamente. Fui das Forças Armadas há muito tempo. Na Marinha há 30, 25 anos, já tínhamos servidores civis na área administrativa. Não tirava o policial militar, por exemplo, para trabalhar internamente, nem o policial civil, enfim.

É urgente também, Deputado, que se encaminhe aquela determinação para que o governo traga de volta para as instituições aqueles que estão fora de suas atividades fins, lotados nos gabinetes da vida por aí fora.

Parece-me que a quantidade de policiais civis é muito menor, mas tem o reflexo, sim, na quantidade hoje, tão necessária.

Finalizando, entendo que deverá, sim, esta Audiência Pública cumprir plenamente seu papel, sua função.

Deveremos estender e nos debruçarmos agora sobre as propostas que foram trazidas aqui no sentido de atenuar o problema para se evitar que realmente esse clamor público pela permanência das delegacias não se... (TEMPO ESGOTADO – PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Quero estender o convite ao Sr. Erli Oliveira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento. (PALMAS)

O SR. ERLI OLIVEIRA DE QUELUZ – Bom dia a todos! Deputado, do qual eu cumprimento a mesa dispositiva. Ao Deputado Delegado Claudinei, obrigado, Deputado, pelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTES ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

convite que Vossa Excelência mandou à Câmara, ao Poder Legislativo de Nossa Senhora do Livramento.

Eu quero deixar o meu agradecimento a todos os amigos que se fizeram presentes e quero dizer a Vossa Excelência, Deputado, que o problema do Município de Nossa Senhora do Livramento é o mesmo que aconteceu em Jangada.

Vossa Excelência disse no começo da fala que a viatura do Município de Jangada saiu para fazer um boletim de ocorrência em Rosário Oeste e aí, sim, abriu as portas aos bandidos para entrarem naquele Município. E, no nosso, foi do mesmo jeito.

A nossa guarnição veio para Várzea Grande fazer um boletim de ocorrência e abriu as portas aos marginais irem a casa de um funcionário da lotérica do nosso Município, pegou o funcionário, levou na lotérica e fez ele abrir os cofres e tirar todo o montante que havia ali dentro, Deputado. E isso, sim, veio a abrir as portas aos bandidos!

Tivemos também, no ano passado, um projeto que veio de encontro com a necessidade do Município que foi uma alternativa de transporte viário do nosso Município, que interligou Várzea Grande, Livramento com o transporte coletivo. Foi muito bom para a população, porque baixou o custo daquela passagem.

Mas, hoje, Deputado, é um grande problema que estamos enfrentando, porque os bandidos estão indo no coletivo e andando nas ruas do nosso Município, tentando descobrir, saber a hora que a viatura sai para a zona rural, porque nós só temos uma viatura naquele Município, é o maior Município da Baixada Cuiabana em extensão rural, e a viatura sai a 230 km para atender uma ocorrência no pé da serra... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Para concluir...

O SR. ERLI OLIVEIRA DE QUELUZ – Obrigado, Deputado.

...na comunidade de Quilombo, e aí sim os marginais vêm e fazem o seu trabalho. E agora temos um Município, Deputado, que tem muita planta de ouro, como Poconé tem, e aí sim é a menina dos olhos desses marginais.

E como Poconé tem delegacia, tem um efetivo que está fazendo um trabalho brilhante, eles estão vindo abrigar no nosso Município, Deputado. É o clamor da população! Vamos juntos!

Nós já ouvimos todas as ideias que aqui já foram implantadas. Tem que ter, sim, um direcionamento político em cima disso, Deputado. Eu fico aqui agradecido de ver Vossas Excelências tomarem iniciativa nessa Audiência Pública, que tanto vem somar com os Municípios, e que não deixem fechar as delegacias, Deputado.

Vamos sentar, sim, com o Governador; vamos discutir, vamos levar para ele para que haja um entendimento, temos um Senador que é filho do nosso Município, e vamos sim... (TEMPO ESGOTADO – PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Obrigado, Vereador, e pode contar comigo no Município de Nossa Senhora do Livramento e pode contar conosco na defesa da delegacia aberta.

Com a palavra o Prefeito de Nortelândia, Jossimar José Fernandes, para fazer uso da palavra.

O SR. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES – Bom dia a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Na pessoa do Deputado Elizeu Nascimento, cumprimento a todos os presentes, entendo aqui os representantes dos sindicatos quando vêm defender a sua categoria, até porque – uma história da minha infância dos anos 70 a 82 – o meu pai foi funcionário, foi delegado de polícia deste Estado.

E, naquela época, o policial tinha um 38 com cinco balas para andar, não tinha viatura, não tinha algema e era o meu pai e mais dois. Então, fica aí a minha solidariedade aos policiais, a todos aqueles funcionários públicos da segurança pública que põem o seu peito à frente para defender a nossa sociedade. (PALMAS)

Mas... porém, como Prefeito do Município de Nortelândia, não posso admitir de forma alguma que se fale em suspensão, que se fale em fechamento, que se fale em estudo, quando o principal é a sociedade. Nós estamos tratando aqui de vida.

Se tudo isso que já foi falado de causa eminente no Estado de Mato Grosso vier a ocorrer e o gestor público estadual não tomar uma providência, nós seremos um Ceará daqui a pouco com essas ondas de violência.

Se nós não tomarmos providências sérias e simplesmente pelo fato de termos problemas financeiros e não conseguirmos contratar pessoas para executar suas funções, e nós começarmos a eliminar batalhões de polícia, companhias, delegacias, quem vai tomar conta da segurança pública no Estado de Mato Grosso? As milícias, como no Rio de Janeiro? O PCC? O CV? Em Nortelândia, há 15 dias, houve troca de tiros entre pessoas que se intitulavam dessas siglas, 02 homicídios e 02 tentativas de homicídios. Estão lá velando lá 01 hoje.

O meu clamor... E aí eu já não sei mais, era uma lista de 21, já baixou para 15, mas o Delegado de Polícia que está lá em Nortelândia, o Dr. André, me passou o efetivo, me passou as ocorrências, me passou o trabalho da Polícia Judiciária Civil de Nortelândia.

Nós contamos com 04 investigadores, nós contamos com um agente de desenvolvimento econômico, um agente de limpeza terceirizado, nós contamos com 04 investigadores. E, desses 04, 03 são filhos de Nortelândia, Luiz Carlos...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Nortelândia não consta na relação, viu?

O SR. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES – Sim. É o que eu já ia chegar daqui a pouco na fala do senhor.

...Luiz Carlos, Bartolomeu Quinteiro e José Lopes.

Fui convidado para vir à reunião com uma lista de 21 Municípios no qual constava Nortelândia. E o senhor apresentou agora uma lista só de 15, que também não foi falado; porque, se o senhor tivesse falado para mim que Nortelândia não estava na lista, eu sequer iria fazer o meu posicionamento.

Mas, eu estou vindo como convidado de um Município que lá no início teve o seu nome vinculado como seria uma das delegacias que estariam sendo suspensa das suas atividades, mas estou solidário ao Estado de Mato Grosso, aos Delegados de Polícia. (PALMAS)

Sou solidário aos policiais civis. Sou solidário a toda corporação, porque eu senti na pele, quando criança, se o meu pai voltaria ou não. Não é condição hoje aqui de eu virar as costas para uma população que eu represento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Não é virar as costas para os senhores delegados, que, como eu disse, os policiais militares é que põem o peito na frente para sentir o estampido da bala que Vossa Excelência sentiu, Deputado. São vocês. Mas são vocês os nossos anjos da guarda.

E como político, como filho de ex-delegado, falecido no ano passado e que não recebeu sequer uma homenagem da Secretaria de Segurança... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Mais um minuto para concluir.

O SR. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES – ...com essa situação. Com essa situação de vocês, servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Vamos - como a presidente do sindicato disse - tirar todos os funcionários da Secretaria de Segurança Pública que estão trabalhando administrativamente, voltá-los para as suas funções afins para as quais eles concursaram, eles têm que exercer suas funções.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Quero convidar para fazer o uso da palavra o Sr. Adelvani Coelho Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Santo Afonso. (PALMAS)

Um esclarecimento do Delegado Regional, Delegado-Geral da Polícia Civil.

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVECHIA DE RESENDE - Na realidade, só a título de esclarecimento, uma relação de cidades que rodou aí não é oriunda da Polícia Civil, foram proposituras feitas pelo sindicato, que não têm relação nenhuma com o estudo nosso, são sugestões do sindicato. As nossas sugestões foram em cima de dados técnicos, e Nortelândia nunca constou nessa relação. Então, se chegou essa informação para o senhor, Prefeito, chegou de uma forma totalmente equivocada e não partiu da Polícia Civil.

O SR. ADELVANI COELHO ROCHA - Bom dia a todos e a todas!

Em nome do Deputado Elizeu Nascimento, cumprimento todo o dispositivo. Quero parabenizar o Zema, Presidente do Consórcio do Alto do Rio Paraguai, que abrange ali dezesseis municípios e vem representar... Porque eu vi aqui alguns municípios que estão sendo prejudicados e não há nenhum representante.

Eu, preocupado ali com o município de Santo Afonso, Deputado Elizeu Nascimento, vejo, sim... Eu vim preocupado e volto mais ainda, porque eu vejo os defensores das categorias... até quando o contrário também. Eu acho que o que teria que fazer para o Estado não ser tão omisso como está sendo, é a categoria então paralisar, aí vai provocar o Governo a fazer o concurso. Dessa forma, ele vai chegar, porque vai que essa onda pega: “não tem demanda, vai ter que fechar”, chego lá, o prefeito procura... “o nosso posto de saúde está tendo pouco atendimento, vamos fechar o nosso posto de saúde do município”. Já pensou? Muito difícil.

Eu quero parabenizar a Polícia Militar pelo apoio que tem nos dado.

Nós temos um profissional da Polícia Civil, que atende juntamente... É uma viatura para atender Santo Afonso e Nova Marilândia, e não tem nenhum representante de Nova Marilândia. Eu quero ser solidário aos munícipes de lá, é um município muito extenso e aquele profissional tem a parceria com a Polícia Militar.

Eu quero agradecer ao nosso Comandante, Tenente-Coronel Fernandes, de Nova Mutum, que tem sido um parceiro no nosso Município - corre o risco de fechar também. Tem cinco anos que não há um homicídio lá. É preocupante também, se for partir para essa lógica de não ter demanda, não precisa ter a delegacia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTES ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Nós temos lá a delegacia que será inaugurada. Quem é que está fazendo? O Município! Ou não será? Se vai fechar, não vai precisar inaugurar... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Mais um minuto para concluir.

O SR. ADELVANI COELHO ROCHA - Deputado, o Município arca com a mão de obra, com o prédio, água, luz, telefone e *internet*. O Estado está arcando só com o profissional. Esse profissional vai sair da folha ou não vai? Então, eu acho que falta estudo para que não feche nenhuma delegacia dessas cidades. Eu creio que a bandidagem está mapeando onde não tem... onde está mais fácil para entrar.

Eu vejo Arenópolis, uma cidade com dez mil habitantes, o PCC... lá ter bairro que ninguém entra. Para entrar, tem que pedir uma autorização do comando do PCC para entrar.

O padre, para celebrar uma missa, tem que pedir a assinatura do comandante para entrar lá.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Convido para fazer o uso da palavra o Sr. Wilson José da Silva, Prefeito de Nova Lacerda. (PALMAS)

O SR. UILSON JOSÉ DA SILVA - Bom dia a todos!

Em nome do Deputado Elizeu Nascimento, eu quero cumprimentar toda a mesa e todos os presentes.

É uma injustiça o que está acontecendo no nosso Estado de Mato Grosso, fechar essas delegacias.

No meu Município, o Município de Nova Lacerda, hoje, nós temos uma grande parceria, como muita gente falou aqui, hoje pagamos o aluguel da delegacia, pagamos três funcionários, pagamos todo o custeio da delegacia, a infraestrutura é por conta do nosso Município. É claro que nós temos que pensar, sim, nos profissionais policiais, mas nós, políticos, prefeitos, temos que representar o nosso povo, porque foi o povo que nos colocou para ser prefeito, para ser deputado, vereador, e o povo vem cobrar de nós, e nós temos que fazer o melhor para a nossa população. Nós temos que dar segurança, saúde e educação de qualidade ao nosso povo. É para isso que fomos colocados lá, não fomos colocados lá para ficar brincando de ser prefeito, brincando de ser deputado, não. Colocaram-nos lá para fazer melhorias e fazer o melhor pelo nosso povo.

Então, temos que pensar, sim, em uma qualidade melhor, esse levantamento já deveria ter tido atitude lá atrás, já tinha que ter feito esse efetivo, já tinha que estar funcionando, não podemos esperar o problema chegar para depois tomarmos decisão, decisão que... Agora estou ouvindo falar que se fizer hoje, se fizermos um concurso público, só daqui a dois anos que vão poder tomar posse, e nós, como é que vai ficar a nossa população, daqui a dois anos? Quantos pais de família, quantos cidadãos estarão morrendo por causa da bandidagem, nós vamos deixar o bandido tomar conta do nosso Estado, da nossa cidade? Nós não podemos fazer isso, não, nós temos que tomar... está errado... Senhores Deputados, todas as autoridades, temos que tomar soluções mais rápidas, eu tenho certeza de que se unirmos e trocarmos ideias, vamos achar solução para o problema, sim, e resolveremos esse problema definitivamente, vamos unir forças, trabalharmos juntos e defender o nosso cidadão.

Fico indignado com Promotor que vem aqui defender político, tem que defender o povo e tem que achar solução para o problema, e não vir aqui falar que não tem solução. O nosso Governo do Estado tem que pensar que ganhamos para fazer o melhor, não podemos andar para trás,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019, ÀS 9H.

temos que andar para frente, quem anda pra trás é caranguejo, temos que andar para frente e fazer o melhor para a nossa população. E antes de tomar uma decisão como essa, temos que pensar muito bem, isso vai trazer grandes transtornos para o nosso Estado, pode ter certeza disso. Se nós fecharmos essas delegacias, podem aumentar o seguro de sua casa, o seguro do seu carro, porque com certeza os bandidos vão tomar conta, e nós não podemos deixar.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Quero convidar para fazer o uso da palavra o Sr. Samuel Figueiredo, Sargento da Polícia Militar da cidade de Jangada. (PALMAS)

O SR. SAMUEL FIGUEIREDO - Bom dia, quase boa tarde a todos. Cumprimento o dispositivo, na pessoa do Deputado Elizeu Nascimento, o qual preside esta Audiência Pública; os demais Parlamentares; todas as autoridades que representam os demais companheiros dos municípios.

Estamos aqui em solidariedade, representando o povo jangadense, representando mais de 27 comunidades rurais, uma cidade onde há um perímetro cortado pela BR-163, um município que é rotulado pelo pastel, porque em qualquer lugar que você vá, no Brasil, Jangada é rotulada pelo pastel e também a um ato delituoso que, infelizmente, a BR que corta por lá, rotula o Município, que são alguns roubos de gados na região e nós vemos o empenho da nossa coirmã ao qual trabalha conosco, Polícia Judiciária Civil, ao qual tenho o nosso imenso respeito e é por isso que nós estamos aqui.

Analisando todos os argumentos apresentados, eu cheguei a simples e objetiva conclusão, quando eu olho para Salomão escrevendo que: “longânimo é grande em entendimento, mas o de ânimo precipitado exalta a loucura”, Eu entendo, que, quaisquer...(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Um minuto para concluir.

O SR. SAMUEL FIGUEIREDO –...quaisquer que seja tomada de decisão, precisamos ter uma responsabilidade pelas consequências as quais ela trarão e nós estamos aqui diante de tudo que nós ouvimos para que os Deputados, os Parlamentares, ao qual na pessoas do Deputado Delegado Claudinei também Doutor Claudinei, se solidarizou com o nosso clamor, que a nossa esperança são os senhores. A nossa última esperança para que haja um entendimento em tudo que se foi apresentado, mas que nossa população não venha ser prejudicada ainda mais.

Assim eu finalizo a minha fala. Muito obrigado, que Deus abençoe a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Gostaria de convidar, para fazer o uso da palavra, o Sr. Júlio César Duarte, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Jangada.(PALMAS)

SR. JÚLIO CÉSAR DUARTE DA SILVA – Bom dia a todos.

Em nome do Deputado Elizeu Nascimento, eu cumprimento o dispositivo em nome do Tenente Coronel Gilcimar, que eu tive a honra de trabalhar com ele na MT-246, eu cumprimento a todo o público presente.

Quero, senhoras e senhores, Deputados, a todo o dispositivo, trazer a minha indignação ao ato Governamental. Quando o Sr. Governador, por meio de estudo da Polícia Civil, traz os dados e não foi até os municípios saber a realidade. Se Jangada tem uma demanda pequena, parabéns a polícia civil e a polícia militar que tem feito um trabalho preventivo (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Eu quero aqui dizer ao Delegado Regional sobre o seu estudo, o problema é do governo e não a comunidade ter que pagar o pato pela falta de respeito com os cidadãos.

Quero agradecer esta oportunidade concedida e dizer que, Jangada irá lutar até o fim, porque nós não podemos pagar o pato pelos erros do passado. O meu muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Gostaria de convidar para fazer uso da palavra, o Vereador de Cuiabá, Marcos Veloso, Delegado de Polícia e Vice-presidente da Câmara Municipal, neste ato, representando a Câmara Municipal de Cuiabá (PALMAS).

O SR. MARCOS VELOSO – Boa tarde já, a todos e todas!

Gostaria de saudar o dispositivo na pessoa do Deputado Elizeu Nascimento, meu ex-colega vereador e meu amigo pessoal; o Deputado Delegado Claudinei; quero saudar a polícia civil na pessoa do meu Delegado Geral, Dr. Mário Demerval; e os colegas delegados e o governo na pessoa do Dr. Massao.

Pessoal, esta discussão é importantíssima, mas aqui estamos discutindo o mais do mesmo, não estamos olhando para a situação. Não é simplesmente fechar porta de delegacia. O art. 144 da Constituição, como bem disse o Deputado Elizeu Nascimento, trata da segurança. Só que desde 1988, quando foi criada, o §7º não foi regulamentado, onde diz como as polícias vão trabalhar, nós trabalhamos à meia-noite, à escura, desde 88. A discussão tem que ser um pouquinho mais baixa, um pouquinho mais as claras.

João Batista, o senhor colocou muito bem, o problema é de omissão. Aí eu quero parabenizar o Diretor da Polícia Judiciária Civil, o Dr. Mário Demerval, por ter a coragem de dizer para a sociedade mato-grossense que ele irá desativar delegacias, porque não temos quadro. Sabem por quê? Porque em 2003, eu era o Coordenador de Planejamento da Polícia Judiciária Civil, era uma outra estrutura. Apresentamos ao governo do Estado uma solicitação para desativar 31 delegacias de polícia. O efetivo da Polícia Judiciária Civil, hoje, são de 5.600 homens previstos: 400 Delegados, 1.200 Escrivães e 4.000 Investigadores. A solução, João, para acabar com essa celeuma, é arrumar 21 Delegados de Polícia, 63 Escrivães e 210 Investigadores. E não tem ninguém, ninguém, ninguém... Desafio a vir aqui alguém, que consiga fazer isso em menos de 24 meses. Não tem como, é impossível!

E aí, Deputado João Batista, Vossa Excelência está na sua sala confortavelmente assim como os dois nobres prefeitos que estavam aqui, como nós estávamos nas nossas casas, sem enxergar essa situação. E o Delegado-Geral teve a coragem de trazer para a sociedade uma discussão.

Alguém aqui é de Acorizal? Se for, eu gostaria de ver as falas efusivas, porque um Escrivão de Polícia que atuava em Acorizal chamado André Ermenegildo encontra-se numa cama no CPA, sofreu um derrame, devido o acúmulo de serviço e nós estamos fazendo vaquinha, feijoada para custear a saúde dele. Ninguém está aqui defendendo, pessoal, que o Investigador é isso, é aquilo, nós gostaríamos, como instituição do Estado de estarmos nos 141 municípios ao lado da Polícia Militar, que é a única instituição deste Estado que está nos 141 municípios. Nem a educação, nem a saúde estão!

Agora temos responsabilidades. Nós estamos pondo a cara para sofrer as críticas da população, nós estamos mostrando ao senhor e para a senhora qual é a realidade da segurança pública. Um Investigador de Polícia é uma ilusão! Vai vender sensação de segurança é o que tomo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

mundo fala! E a população não quer sensação de segurança, ela quer segurança. São dados técnicos para se produzir numa delegacia de polícia precisa de um Delegado policial, de três Escrivães e no mínimo de dez Investigadores senão é o que acontece com as viaturas da Polícia Militar que tem que ficar na fila de plantão em Cuiabá, porque nem na capital temos o efetivo.

Senhores, vamos usar dessa transparência, e aí, Deputado Elizeu Nascimento, eu conheço Vossa Excelência, querido. Perdão querido, meu Deputado, vivemos juntos dois anos, eu sei que quando Vossa Excelência entona essa voz Vossa Excelência grita longe, Vossa Excelência fala alto e não se curva a nada pela sua coragem. Temos que fazer desse limão uma limonada, não adianta ficar brigando, não adianta ficar ofendendo instituições. Nós temos que parar e pensar.

Veja bem, em 2003 nós tínhamos que fechar 31 delegacias. Daqui a 2 anos - eu desafio os senhores – estaremos sentados aqui falando, discutindo sobre 50 delegacias que irão fechar.

No dia 10 de outubro, agora, eu posso pegar o meu pijama e ir para casa...(TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Concedo-lhe um minuto para concluir.

O SR. MARCOS VELOSO – Só para concluir!

Atualmente, eu me encontro Vereador na Capital, mas sou Delegado de Polícia e trabalho na minha unidade. Eu tenho licença para estar terça-feira e quinta-feira na Sessão e o resto do expediente eu estou dentro da minha unidade com os meus colegas trabalhando, com os meus investigadores, com o meu escrivão. E das minhas duas escrivães uma não voltará mais ao trabalho com problema de saúde mental e a outra eu insisti com ela para não trabalhar, mas ela em prol da instituição trabalhou até o sexto mês de gravidez. Agora, está com deslocamento de placenta, em uma cama e até as necessidades ela tem que fazer na cama, hoje. Essa realidade não é do município de vocês. É da nossa instituição.

Pessoal, não fique olhando somente para a sua delegacia de Jangada que vai fechar a porta. O buraco é muito maior! O problema é muito maior! Vamos usar este momento! Vamos somar e cobrar do Governo! Nós temos eu pegar...(TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Concedo mais um minuto para concluir.

O SR. MARCOS VELOSO -...O que temos que fazer de uma forma tranquila diante do caos é nos organizar.

O Dr. José Antônio Borges, Procurador de Justiça, que saiu daqui, é uma das pessoas de reputação mais ímpolita que eu conheço. Tenho certeza que ele não vai se omitir frente a esse quadro. Agora, precisamos com o Dr. Valdir Caldas - esse guerreiro da advocacia -, com a Polícia Militar e, agora, graças a Deus, com a Assembleia Legislativa fazer algo em prol da sociedade.

Pessoal, não tem como manter essas delegacias ativadas. Se nós não colocarmos o bode na sala, o problema será maior. Nós iremos voltar aqui daqui a algum tempo e colocaremos um elefante.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – São as palavras do Delegado Vereador Marcos Veloso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Gostaria de convidar, agora, para fazer uso da palavra, mais um companheiro em armas, o investigador, escrivão, Clédson Gonçalves da Silva, Investigador de Polícia.

O SR. CLÉDSON GONÇALVES DA SILVA – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar as autoridades nas pessoas do Deputado Delegado Claudinei e também do Deputado Elizeu Nascimento.

Quero trazer alguns dados importantes aos senhores com relação à Polícia Civil. Eu fiquei 29 anos na instituição, me aposentei e fui por 4 vezes Presidente do Sindicato dos Investigadores.

Quando o Governador Blairo Maggi assumiu o Governo ele publicou um Decreto, conforme o Dr. Marcos Veloso disse aqui, há 16 anos e para o efetivo da Polícia Civil o ideal seriam 400 delegados, 1.200 escrivãs e 4.000 mil investigadores. Dezesesseis anos se passaram e, hoje, nós temos menos de 50% desse efetivo trabalhando. Concluímos que os governos que passaram não tiveram comprometimento nenhum com a segurança pública. E o Governador, hoje, Mauro Mendes, propõe resolver o problema extinguindo as delegacias.

Então, eu não concordo! Sou contra plenamente e acredito que uma das soluções seria ele mandar a proposta de fechamento das delegacias já que não tem efetivo, mas publicar, imediatamente, o edital de concurso para a Polícia Civil. Aí nós iríamos acreditar que o problema seria sanado. (PALMAS) Mas não estamos vendo essa propositura.

Outra preocupação é com relação, e conforme disseram aqui as pessoas que me antecederam, o avanço do crime organizado no nosso Estado. O PCC e o Comando Vermelho estão dominando o Estado de Mato Grosso, principalmente nas regiões fronteiriças. E as nossas autoridades, o Ministério Público e o Judiciário, assistem a tudo isso caladamente. Daqui a pouco tempo, não se assustem, teremos que render homenagem ou baixar a cabeça para os comandantes do crime organizado.

Então, é com grande... (TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Concedo-lhe mais um minuto para concluir.

O SR. CLÉDSON GONÇALVES DA SILVA –...tristeza que eu assisto tudo isso, uma instituição tão valorosa, uma instituição tão importante para o cidadão quanto a Polícia Civil acabando aos poucos.

É esta a mensagem que eu queria deixar para vocês!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Parabéns ao Clédson, que tem vasta experiência, representou por longos anos o Sindicato dos Investigadores de Polícia.

Quero convidar para fazer o uso da palavra o meu irmão de farda, o Tenente-Coronel Gilcimar, Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

O SR. GILCIMAR MENDES CORREA – Bom dia, senhores, que, além da fome de alimento, têm fome de resposta do Poder Público.

Eu gostaria de saber o seguinte: os senhores ouvem com naturalidade que a Polícia Militar substitui a função da Polícia Civil ou a ausência da Polícia Civil em determinado município? Nós percebemos o seguinte... Eu vou falar de um pequeno município, a 30 quilômetros de Cuiabá e, às vezes, a regra vale para quase todos. Se eu tiver um objeto, que é o furto de gado que é comum, Maria da Penha, roubo de barco, qualquer tipo de crime no município de Santo Antônio na divisa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

com Sonora, que é Mato Grosso do Sul, que fica a X quilômetros daqui ou na região do Pirigara aonde só vai de avião ou de barco, em Barão de Melgaço, que é o baixo Pantanal ou Vale do São Lourenço pela distância ou pela dificuldade de acessibilidade só resta uma opção à Polícia Militar de Santo Antônio que é tentar achar ocorrência e vir ao CISC Verdão fazer o registro, quando muito no plantão de Santo Antônio, se houvesse, ou ao cidadão a mesma opção. Alguém morando nesse município viria registrar a ocorrência no Verdão? Sem condição!

Então, às vezes, percebemos que não há índice demonstrando a gravidade de determinada região, porque não há ao cidadão a opção de ele fazer o registro dessa informação para que eu pudesse mostrar aos senhores que Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço têm graves problemas. E a exemplo disso - infelizmente o Procurador não está - a visita do Ministério Público identificou, no período em que eu estava em Santo Antônio de Leverger, 400 registros de boletim de ocorrência. E aí nós fazemos o que ele disse: a Polícia Militar registra em nome do cidadão enquanto não há presença da Polícia Civil e quando esta abre a porta ou eu levo e faço o registro. Entretanto, dos 400 boletins de ocorrência de 100 foram tomadas medidas, a exemplo 30 e poucos TCs e 60 e poucos flagrantes, aquela ocorrência perfeita que na repressão nós conseguimos dar resposta.

A minha pergunta foi para o Ministério Público de Santo Antônio de Leverger: e os 300 registros de boletim de ocorrência que eu não consegui prevenir e que a Polícia Civil por falta de meios não conseguiu investigar o que vai ser feito? Como disse o Dr. Marcos Veloso esse problema está instalado. Esse exemplo eu acho que ele se multiplica.

Se eu gasto duas horas, em média, para fazer o atendimento de um registro de uma ocorrência em tempos normais, em quanto tempo vocês acham que um delegado sem meios consegue investigar, fazer relatório, diligenciar, oitivar e mandar para o Ministério Público para que puna o autor? Então, eu falo que já é desarrazoável você perceber que a Polícia Civil tem menor efetivo do que a Polícia Militar quando da complexidade da atividade da Polícia Civil.

E não há de se falar em substituição. O papel social da Polícia Civil é muito bem definido e aceito. Percebemos que é insubstituível o papel social da Polícia Civil e o impacto que a ausência da Polícia Civil provoca nos municípios onde ela não está. (PALMAS) Eu imagino que afete diretamente a segurança pública. E a sensação é a própria segurança, é ausência da Polícia Militar que tem que se deslocar da Agrovila de Santo Antônio de Leverger para o CISC do Verdão e minha guarnição fica de 4 a 6 horas fora do município. O cidadão sabe, o delinquente sabe! E se não há ausência de poder ou o Estado ocupa o seu espaço ou, infelizmente, às vezes, o crime organizado se instala e o cidadão vem se sentindo vulnerável. Eu não estou falando só pelo fator crime. Até para que se faça investimento no município: se eu quero abrir uma empresa, vou comprar uma fazenda, ou um sítio, eu vou morar, vou levar a minha família.

Estou dizendo isso porque fui criado dentro de uma delegacia que não existe mais, a de Barão de Melgaço, sou filho de policial civil e duas vezes irmão de policial civil.

Então, com todo respeito, aceite-me poder ser audacioso, e mesmo que seja estúpido nas palavras em relação à atividade da coirmã, mas nós percebemos que há dificuldade é tremenda.

Quando o doutor disse que os impactos de um concurso serão daqui a dois anos, esse fato deveria ter sido discutido anteriormente. É fato!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Começamos a calcular o efetivo da polícia militar, da saúde e de toda essa demanda de prestação de serviço público antes que tenhamos que ter audiência sobre todas as situações.

Um exemplo: vários municípios sofreram divisões. O Município de Santo Antônio de Leverger tem 12.500 quilômetros quadrados, perdeu 2.500 quilômetros quadrados para sete municípios, a população não sabe, impactou na saúde, na segurança pública e até o próprio atendimento da ocorrência está confuso: “o posto de saúde deixou de ser de Santo Antônio e é de Barão de Melgaço; isso deixou de ser de Barão de Melgaço, isso é de Campo Verde; isso é de Nossa Senhora do Livramento; isso é de Acorizal; isso é de Cuiabá...”

Então, houve uma decisão por quaisquer outros interesses e dividiram sem sequer perguntar para o cidadão se ele queria deixar munícipe de Santo Antônio de Leverger para ser campo-verdense.

Percebemos que isso impacta na vida social do cidadão.

A última instância é o crime, mas percebemos que essas medidas que o Estado toma e impacta na vida do cidadão tem que ser decidida e ouvida pelo cidadão.

A polícia militar é uma prestação de serviço, a presença também tem efeito colateral, mas eu tenho que escutar da minha população de que tipo de prestação de serviço ele precisa que a Polícia Militar faça, até para não levar algo que seja inadequado.

Eu sei que o tempo é reduzido, para efeito de sugestão, porque nós possamos...
(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Um minuto para concluir.

O SR. GILCIMAR MENDES CORREA – Para efeito de sugestão, porque são os mesmíssimos problemas da Polícia Militar, a primeira sugestão seria: contratação de uma segurança patrimonial.

A Polícia Federal, minha esposa trabalha lá, fez um concurso e resolveu seus problemas. Segurança armada terceirizada cuida do prédio, um quadro administrativo cuida das atividades administrativas que podem ser feita por eles a um custo muito mais acessível e o policial federal vai fazer o que é atividade da polícia federal.

Essa carência nós temos na instituição polícia militar numa maior proporção.

Senhores, se hoje nós só temos 55 à disposição da Polícia Civil é porque o efetivo é pequeno. A polícia tem milhares.

Então, com relação a essa disposição, Deputado Delegado Claudinei, eu concordo que Vossa Excelência tenha um policial civil de confiança na atividade interessante e importante que o senhor tem, só com um detalhe, para quaisquer disposições, que retorne, seja para a Assembleia Legislativa ou para qualquer secretaria, prefeitura, Secretaria de Fazenda, retorne para o Executivo o valor do salário, o imposto do salário, o custo da formação, para que o Estado possa fazer outra contratação e formação sem impactar na Lei de Responsabilidade, porque aqui é uma necessidade, uma previsão lícita, entretanto... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Para concluir.

O SR. GILCIMAR MENDES CORREA – O que não pode é ter a carência.

Então, a terceirização seria uma opção.

Vejo que são opções mais rapidamente plausíveis do que a própria questão do concurso público. Então, fica como minha sugestão, guarda patrimonial, terceirização e devolução

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

de quaisquer secretarias que façam uso de quaisquer agentes de segurança pública, independente de qual seria denominação.

Obrigado pessoal. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Parabéns o Tenente Coronel Gilcimar, comandante do 10º Batalhão!

Convido para fazer uso da palavra o senhor Evanildo Vilela da Silva, Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo. (PALMAS)

O SR. EVANILDO VILELA DA SILVA – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Elizeu Nascimento, o Deputado Delegado Claudinei e o restante da mesa.

Vou falar para os senhores a respeito do meu município, do qual sou morador desde 1982 e tenho conhecimento do atendimento da Polícia Civil em nosso município, como é bem assistindo, bem atendido.

Em várias situações ela resolve, como é cidade pequena, até questão social. Ela ajuda bastante. Hoje o nosso efetivo é de um investigador, um escrivão *ad hoc* cedido pela prefeitura, os gastos mínimos e água, limpeza, toda essa questão é feita pela prefeitura.

Na questão de atendimento, anteriormente tínhamos três localidades para serem atendidas, hoje tem nove assentamentos na região, que já aumentou, com a redivisão dentro do Estado que foi feita agora, aumentou mais ainda a extensão do município. Então, tem que se deslocar mais e mais ainda.

Sem contar que estamos sem viaturas também para esses atendimentos. Geralmente é feito com o carro da própria pessoa que precisa do atendimento, que cede o carro para fazer o atendimento. Então, o pessoal lá tem colaborado nesse sentido.

Vejo, como morador, como pessoa comum, não como político, que o fechamento...

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Um minuto para concluir.

O SR. IVANILDO VILELA – Vejo que o fechamento ou o estudo não convém nesse momento. Seria inadmissível ficarmos sem entendimento numa localidade tão carente de outras coisas. Essa seria mais uma das...

Acredito ser, vou dizer logo, uma covardia dos nossos governantes.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Palavras do Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo.

Parabéns, Vereador!

Eu gostaria de convidar para fazer o uso da palavra o Sr. Avaci de Araújo, representante comercial do Município de Jangada e autor do abaixo-assinado daquele Município.

O SR. AVACI DE ARAÚJO – Bom dia, senhoras e senhores, autoridades constituídas presentes.

Desde o ano passado, eu quero ser bem rápido, desde o ano passado, quando havia uma especulação quanto a esses fechamentos, fizemos um abaixo-assinado, fizemos um trabalho junto com o Sargento Figueiredo e convocamos a sociedade para vermos o que poderíamos fazer naquele presente momento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

O Secretário nos prometeu ajudar porque a desculpa era que o prédio estava meio deteriorado, precisaria de alguma reforma, nós como sociedade, juntamente com o Poder Público nos posicionamos para arrumar o prédio, fazer o que fosse necessário.

Mandaram que esperássemos. Na verdade, eu acho que eles estavam nos enrolando para chegar à situação que chegou, porque se fizéssemos era para ter feito talvez nem constivéssemos nessa lista.

Quero dizer ao Delegado que fez essas pesquisas, talvez o senhor não tenha feito a pesquisa na nossa cidade, porque a pesquisa é uma e a nossa realidade é outra. Certo?

Vou dizer para vocês: o pessoal da televisão foi lá e disse que nós fazemos 60 ocorrências por ano. Isso não procede. Há dias em que são feitas cinco, seis ocorrências no dia, então, não procede esse estudo.

Segundo ponto. Nosso prédio é próprio, temos cinco agentes atuantes que trabalham lá, tínhamos sete no ano passado, incluindo escrivão, com esse negócio de que vai fechar a delegacia, alguns ficaram com medo e pediram afastamento ou remoção, mas tínhamos sete. Hoje temos cinco agentes que estão atuando lá, o prédio é próprio, o Prefeito tem dado assistência... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Um minuto para concluir...

O SR. AVACI DE ARAÚJO – ...tem colocado uma estagiária para ajudar, uma pessoa na faxina, tem feito a manutenção.

Então, eu acho que esse estudo, segundo o que eu tenho lido por aí, está fora da nossa realidade, e fechar não é o caminho. Eu votei no Governador na esperança de dias melhores e não de dias piores. Eu votei no Governador com a promessa que iria melhorar a segurança e não piorar, temos que progredir e não regredir em nenhum aspecto da segurança.

Querem cortar na segurança, na saúde e na educação, e o resto? Quem sofre mais é o povo. Com a segurança e educação cortadas, quem irá sofrer é o povão mesmo, porque os que têm condições têm segurança particular.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – O último inscrito a fazer uso da palavra é o Sr. Aurélio Cavalcante, Presidente da Comissão dos Aprovados no Concurso dos Agentes Penitenciários. (PALMAS)

O SR. AURÉLIO PEIXOTO CAVALCANTE – Boa tarde aos membros desta mesa!

Cumprimento, principalmente, a pessoa do Massao, que já fizemos algumas operações juntos. Não é, Massao? Várias operações quando eu era perito criminal contratado pela POLITEC.

Muito me espantam algumas coisas que ouvi aqui: a primeira coisa que vem na minha cabeça é: como é duro tratar de segurança pública neste Estado. Haja vista que nós, aprovados no Sistema Penitenciário desde 2017, brigamos, tentamos um lugar ao sol procurando melhorar uma estrutura defasada, totalmente prestes a ruir e que precisa, urgentemente, de investimento. E o que vemos do Estado? Infelizmente, fechamento de estabelecimentos de segurança.

Hoje, eu ouvi muita coisa aqui. Eu vi um promotor que, em vez de representar o povo, representou o Governo. Eu vi um representante do Sindicato de Escrivão falando que o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019, ÀS 9H.

escrivão não tem tempo nem de tomar uma cervejinha, mas que alguns escrivães tiveram que tirar licença, porque estavam alcoólatras! Contradi-se. (RISOS) Não é verdade? (PALMAS)

Eu vi algumas coisas aqui que são do arco da velha! Mas, vocês sabem o que mais me deixa chateado nessa fala, aí eu vou esquecer que estou na Comissão de Aprovados, irei falar como cidadão; e, como cidadão, eu tenho o direito de protestar, o que me deixa mais chateado nisso aqui, sabe o que é, senhores? É quando eu vejo que o único investimento desse Governador foi 110 mil anual numa casa de segurança para sua própria segurança.

Isso... (TEMPO ESGOTADO – PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Mais 01 minuto para concluir.

O SR. AURÉLIO PEIXOTO CAVALCANTE – Isso não pode acontecer, senhores. E como representante do povo, eu venho pedir ao representante do Governo, o Sr. Massao, o qual eu conheço e tenho respeito por ele, que veja muito bem algumas coisas.

Primeiro, vamos olhar quantos policiais estão fora do serviço fim? O Delegado veio aqui e falou algumas coisas; mas, em nenhum momento, falou quantos policiais estão fora do serviço fim.

Outra coisa, em Fortaleza, vimos policiais aposentados sendo convocados a trabalhar, e por que não se faz isso em Mato Grosso? Procura uma possibilidade jurídica e trabalhem em cima disso, por quê? Porque, nesses 02 anos que estão sendo trabalhados, dá tempo de se fazer concurso, eu também farei esse concurso, Delegado Massao. E vocês terão tempo hábil e não precisarão fechar nenhum estabelecimento.

Obrigado e boa tarde a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Senhoras e senhores, estamos chegando ao fim desta Audiência Pública em que pudemos ouvir, opinar, fazer toda uma leitura de todo cenário que tem acontecido em relação a esse possível fechamento das delegacias.

Quero agradecer a presença de todos, dos Vereadores, e dizer que o nosso gabinete está de portas abertas; da mesma forma, o gabinete do nosso companheiro Deputado Delegado Claudinei, Deputado João Batista, enfim, a todos vocês que querem buscar melhorias das cidades e também dar continuidade nessa questão de defesa da permanência das portas abertas das delegacias, das 16 propostas a serem fechadas, nós estamos juntos. Nós não pararemos por aqui, nós vamos dar continuidade, não ficará apenas em Audiência Pública.

Quero relatar a vocês que nós instauraremos uma reunião da Comissão Parlamentar de Segurança Pública para que possamos fazer um encaminhamento dos próximos passos que tomaremos junto a vocês que representam os seus Municípios. Quero também dizer aos aprovados dos agentes penitenciários que podem contar com o apoio do Deputado Elizeu Nascimento. Assim como do nosso companheiro Delegado Claudinei. (PALMAS)

Eu acredito que o caminho mais viável é esse: é o caminho da abertura de novos concursos, isso impactará na diminuição dessa mazela que é a desproporção do efetivo aqui no Estado de Mato Grosso referente à Polícia Judiciária Civil, também dos investigadores e também dos escrivães de polícia.

Encerrando esta Audiência pública, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso agradece a presença de todos; agradeço, em nome da Assembleia Legislativa, o nosso representante aqui da Polícia Judiciária Civil. Nós iremos procurá-lo para que possamos dar continuidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O
FECHAMENTO DE, APROXIMADAMENTE, 21 DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, BEM COMO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMUNITÁRIA DESTE ENTE FEDERADO, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2019,
ÀS 9H.

Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino do Estado de Mato Grosso.

(O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Está encerrada esta Audiência Pública em defesa do mantimento das delegacias.

Muito obrigado a todos.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Alessandra Maria Oliveira da Silva
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Taiza Antônia Noujain;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Patrícia Elena Carvalho;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.